



**ARTIGO DE INVESTIGAÇÃO**

**EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS  
FUTURAS DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS  
ENTRE OS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL  
PORTUGUESA**

**Prof. Doutora Maria Sousa Galito**

Outubro 2011

## ÍNDICE GERAL

<i>Abstract</i>	4
Introdução	4
1. Ambiente de Negócios	5
1.1. Quadro de Referência	5
1.2. Índice de Desenvolvimento Humano	7
1.3. Índice de Percepções de Corrupção	9
1.4. Índice de Facilidade de Fazer Negócios	10
2. Fluxos de Comércio	12
2.1. Comércio Externo de Angola	12
2.2. Comércio Externo do Brasil	15
2.3. Comércio Externo de Cabo Verde	17
2.4. Comércio Externo da Guiné-Bissau	20
2.5. Comércio Externo de Moçambique	23
2.6. Comércio Externo de Portugal	26
2.7. Comércio Externo de São Tomé e Príncipe	29
2.8. Comércio Externo de Timor-Leste	32
2.9. Comércio Lusófono Entre os PALOP	34
2.9.1. Exportações Bilaterais entre os PALOP	34
2.9.2. Importações Bilaterais entre os PALOP	35
3. Fluxos de IDE	37
3.1. IDE Lusófono – Entrada e Saída de Fluxos	37
3.2. IDE – Portugal como Referência	40
3.3. IDE – Brasil como Referência	44
4. Análise Comparada	46
Conclusão	50
Bibliografia	52

## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

• Tabela 1: IDH Ranking	8
• Tabela 2: Índice de Percepções de Corrupção	9
• Tabela 3: Índice de Facilidade de Fazer Negócios	10
• Tabela 4: Comércio Externo de Angola (2005/09)	12
• Tabela 5: Exportações de Angola por Principais Países de Destino	13
• Tabela 6: Importações de Angola por Principais Países de Origem	14
• Tabela 7: Comércio Externo do Brasil (2005/09)	15
• Tabela 8: Exportações do Brasil por Principais Países de Destino	15
• Tabela 9: Importações do Brasil por Principais Países de Origem	16
• Tabela 10: Comércio Externo de Cabo Verde (2005/09)	17
• Tabela 11: Exportações de Cabo Verde por Principais Países de Destino	17
• Tabela 12: Importações de Cabo Verde por Principais Países de Origem	18
• Tabela 13: Comércio Externo da Guiné-Bissau (2005/09)	20
• Tabela 14: Exportações da Guiné-Bissau por Principais Países de Destino	21
• Tabela 15: Importações da Guiné-Bissau por Principais Países de Origem	21
• Tabela 16: Comércio Externo de Moçambique (2005/09)	23
• Tabela 17: Exportações de Moçambique por Principais Países de Destino	24
• Tabela 18: Importações de Moçambique por Principais Países de Origem	25
• Tabela 19: Comércio Externo de Portugal (2005/09)	26
• Tabela 20: Exportações de Portugal por Principais Países de Destino	27
• Tabela 21: Importações de Portugal por Principais Países de Origem	28
• Tabela 22: Comércio Externo de São Tomé e Príncipe (2005/09)	29
• Tabela 23: Exportações de STP por Principais Países de Destino	29
• Tabela 24: Importações de STP por Principais Países de Origem	30
• Tabela 25: Comércio Externo de Timor-Leste (2005/09)	32
• Tabela 26: Exportações de Timor-Leste por Principais Países de Destino	32
• Tabela 27: Importações de Timor-Leste por Principais Países de Origem	33
• Tabela 28: Percentagem do Total de Exportações – 1993	34
• Tabela 29: Percentagem do Total de Exportações – 2003	34
• Tabela 30: Percentagem do Total de Importações – 1993	35
• Tabela 31: Percentagem do Total de Importações – 2003	35
• Tabela 32: IDE – Entrada de Fluxos na Economia	37
• Tabela 33: Ranking Mundial de IDE (2007/09)	38
• Tabela 34: IDE – Saída de Fluxos na Economia	39
• Tabela 35: IDE em Portugal – Países Lusófonos (Bruto)	40
• Tabela 36: IDPE – Países Lusófonos (Bruto)	41
• Tabela 37: IDE em Portugal – Por Principais Países de Origem (Bruto)	42
• Tabela 38: IDPE – Por Principais Países de Destino (Bruto)	43
• Tabela 39: IDE no Brasil – por Países de Origem	44
• Tabela 40: IDBE – por Países de Destino	45
• Tabela 41: Comércio de Mercadorias – Exportações	47
• Tabela 42: Comércio de Mercadorias – Importações	47
• Tabela 43: Comércio de Mercadorias – Exportações e Importações	48
• Gráfico 1: IDEP 2010/2011	49
• Gráfico 2: IDPE 2010/2011	49

## ***ABSTRACT***

O artigo de investigação foi elaborado a convite da Ordem dos Economistas, em ocasião do seu IV Congresso Nacional dos Economistas, a realizar-se em Lisboa entre 19/21 de Outubro de 2011 em Lisboa. Visa analisar as relações económicas entre países de língua oficial portuguesa nos últimos anos, para concluir sobre a complementaridade e a importância estratégica que estes mercados representam para Portugal no seu esforço de diversificação de investimentos e de impulso das suas exportações em pleno séc. XXI.

## **INTRODUÇÃO**

O artigo investiga a evolução das relações económicas entre países de língua oficial portuguesa. Nos capítulos sobre comércio, a análise dos resultados incidiu sobre cada mercado lusófono, começando pelos seus indicadores gerais (exportações e importações totais, e saldo da Balança comercial), prosseguindo para o estudo das exportações por principais países de destino e importações por principais países de origem. Seguiu-se a perscrutação dos fluxos bilaterais entre Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Nos capítulos sobre IDE, observou-se a evolução dos fluxos de entrada e de saída da economia e a posição, no ranking mundial de IDE, de cada país lusófono. Analisaram-se depois os fluxos bilaterais entre países de língua oficial portuguesa, primeiro com Portugal e depois com o Brasil como referência. No fim, uma pequena apresentação do mercado moçambicano, do ponto de vista do IDE (sobretudo das entradas de capital, consoante os principais países de origem).

No Capítulo 4 propõe-se uma análise comparativa entre os mercados da CPLP, individualmente e colectivamente, e calcula-se o peso das exportações totais de cada economia lusófona e da CLP no seu conjunto, no total da economia mundial. Observam-se igualmente os valores do Investimento Directo Estrangeiro de Portugal no Estrangeiro (IDPE) e do estrangeiro em Portugal (IDEP) por principais países de origem e de destino para 2010, nos quais países lusófonos como o Brasil e Angola são talvez incluídos.

# 1. AMBIENTE DE NEGÓCIOS

## 1.1. Quadro de Referência

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste são países cujo idioma oficial é o Português, pelo que são conhecidos por Lusófonos. São actualmente Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), desde o dia 17 de Julho de 1996, data em que a referida organização foi criada, e que assenta em três pilares: I) a concertação político-diplomática; II) a cooperação multiforme entre os Estados-Membros; III) a promoção e difusão da língua portuguesa.

A cooperação económica geralmente insere-se no âmbito do segundo pilar e tem sido desenvolvido nos últimos anos. Os empresários da CPLP decidiram por unanimidade e em reunião da Assembleia-Geral extraordinária do Conselho Empresarial da CPLP, realizada dia 13 de Dezembro de 2009, em Bissau, transformar o até então *Conselho Empresarial da CPLP* numa *Confederação Empresarial*.

Compreende-se a necessidade de uma colaboração mais intensa, porque os países pertencem a continentes diferentes, são influenciados por dinâmicas regionais que lhes são, pelo menos, geograficamente mais próximas. Um cenário que pode trazer vantagens e desvantagens.

Por um lado, potencia obstáculos em caso de divergência de interesses ou prioridades. Portugal é Estado-membro da *União Europeia* e o Brasil afirma-se no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Angola e Moçambique participam na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Cabo Verde e Guiné-Bissau aderiram à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Angola e São Tomé e Príncipe são Estados-membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Timor-Leste é um membro observador da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN).

Mas também participam conjuntamente em organizações internacionais como as Nações Unidas. A própria CPLP, enquanto organização multilateral com personalidade jurídica, estabelece acordos, por exemplo, com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, das Nações Unidas), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem (ACNUDH), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

A CPLP também coopera com a União Latina, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Sendo assim, a CPLP está a conquistar gradualmente o seu espaço de actuação no xadrez internacional.

Esta situação é uma vantagem ou uma desvantagem? A adesão a blocos regionais compreende-se enquanto resposta às exigências da economia global. Ajuda à diversificação da carteira de investimentos de países que não se deixam limitar pela

geografia e que procuram espaços económicos diferentes para vencer as dificuldades que atravessam ou, para conquistar um lugar crescente na sua área de influência.

Por outro lado, a presença da CPLP e dos seus Estados-membros em diferentes palcos internacionais enriquece a experiência da CPLP. O que abre um rol de possibilidades para o todo, em função das partes. Ou seja, mesmo quando só alguns pertencem ao bloco regional em consideração, os Oito podem beneficiar indirectamente da rede de contactos, de relações de proximidade e comerciais, importantes em futuros empreendimentos, mas mais difíceis de equacionar individualmente. Neste caso, a descontinuidade geográfica do espaço lusófono até pode ser uma vantagem geopolítica.

Entretanto, a CPLP partilha sinergias fundamentais com outras organizações internacionais; e assim também se torna atractiva para o exterior, com organizações internacionais a observá-la de perto. Diferentes países terceiros mostram interesse num espaço económico de quase 250 milhões de potenciais consumidores e como uma importante reserva de recursos naturais.

A Guiné Equatorial, por exemplo, almeja candidatar-se a Estado-membro de pleno direito. A Maurícia e o Senegal também possuem estatuto de observadores. A Austrália, Andorra, Marrocos, Filipinas, Luxemburgo, Malaca, Croácia, Roménia, Ucrânia, Indonésia e a própria região da Galiza (Espanha) já manifestaram interesse pelo estatuto de observador associado. As regiões autónomas de Goa (Índia) e de Macau (China), por enquanto, actuam como plataformas de negócios ou culturais.

Como a CPLP está presente em múltiplos espaços, contribui para o aprofundamento do diálogo Sul-Sul e no estreitar das relações Norte-Sul – que são âmbitos diferentes em natureza e objectivos<sup>1</sup>. A maioria dos Estados-membros da CPLP situa-se no hemisfério Sul, apenas Portugal pertence ao hemisfério Norte.

Entretanto, a CPLP acumula quase quinze anos de experiência no âmbito da concertação político-diplomática. Regista convergência de interesses através da expansão de uma rede de acordos e da coordenação política, consubstanciada em Cimeiras de Chefe de Estado e de Governo, e em reuniões ministeriais regulares.

O espaço lusófono inclui localizações-chave a vários níveis. O espaço territorial e marítimo total potencia o controlo de grande parte das rotas do Atlântico. Inclui abundantes recursos naturais (petróleo, água potável, floresta, etc.).

Mas a falta de um acentuado substrato económico e a descontinuidade geográfica, acumulam dificuldades que se traduzem no defraudar das expectativas iniciais<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> «Para todos os que constituímos a CPLP, não é só um passado partilhado de vivência comum que nos liga. É também a valorização das respectivas potencialidades noutros *fora* e noutros contextos de política externa. É a criação e integração em novos espaços de concertação política, de oportunidade de projecção cultural, de abertura de mercados e de acesso a matérias-primas, conferindo-nos acrescentados graus de liberdade nas organizações em que preferencialmente nos integramos.» [GARCIA LEANDRO, José E. (1998). *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. In AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, p. 16]

<sup>2</sup> «(...) a menos de um ano da sua criação, a CPLP está confrontada com um certo número de problemas. Uns simples e de ordem conjuntural (logística, meios financeiros e humanos), outros mais inquietantes: ainda não existe definição de projectos e programas capazes de estruturar uma acção coerente comum,

A CPLP é o produto da vontade política e o reflexo de uma relação de proximidade entre povos irmãos. A Comunidade representa uma aposta séria no multilateralismo e nas sinergias partilhadas, na concertação internacional, na projecção das actividades da CPLP no espaço lusófono e na divulgação das mesmas junto das organizações congéneres. Ultimamente tem havido um esforço acrescido no âmbito de uma maior cooperação económica.

## 1.2. Índice de Desenvolvimento Humano

Os Estados-membros da CPLP são muito heterogéneos. Possuem diferentes prioridades e níveis de desenvolvimento económico-social. O que se pode constatar, por exemplo, através, por exemplo, dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Porquê o IDH? Trata-se de um padrão de avaliação e uma medida do bem-estar populacional. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e foi adoptado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos seus relatórios anuais.

Em 2010, o IDH foi calculado para 169 países, não obstante apresente resultados parcelares para mais 25 nações. O indicador varia entre 0 e 1. Os países com melhores condições socioeconómicas obtêm resultados próximos de 1. A lista dispõe os países de forma descendente, em quatro grandes grupos (Desenvolvimento Humanos Muito Elevado, Elevado, Médio e Baixo), embora em anos anteriores se subdividissem apenas em três grupos (Elevado, médio e Baixo).

O IDH tornou-se, assim, numa referência mundial que permite comparar países de forma objectiva e, em princípio, consensual.

A sua popularidade baseia-se no pressuposto de que a evolução populacional não se traduz apenas por indicadores económicos, mas igualmente em parâmetros sociais, culturais e políticos que influenciam a qualidade de vida humana.

As variáveis para o cálculo são diversas, mas o IDH confere particular importância a questões relacionadas com o Produto Interno Bruto (PIB) – mais precisamente o *per capita* – como indicador de rendimento/riqueza. Mas também com o nível de instrução formal (tal como a taxa de alfabetização, frequências dos cursos médio e superior); e com a esperança média de vida, para medir a longevidade.

Com base nos IDH constantes nos Relatórios de Desenvolvimento Humano até 2009 e na evolução que traduzem, os países lusófonos podem listar-se de forma descendente.

Levando em consideração a informação disponibilizada pela Tabela 1, constata-se que Portugal ocupa o primeiro lugar entre os países lusófonos, no grupo dos países com

---

nem no domínio económico, nem nos domínios técnico e cultural.» [ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997). Les Contours Économiques de la CPLP. *Lusotopie*, Éditions L’Harmattan, p. 11]

“IDH muito elevado”. O país é considerado um país desenvolvido, é Estado-membro da União Europeia.

Ainda assim, em Portugal ocupava em 2010 o terceiro lugar a contar do fim da lista de 42 países com “IDH muito elevado”, posição pouco gratificante, situada abaixo da média da OCDE (0,853).

No que concerne ao Brasil, que ocupava em 2010 o 73º lugar num total de 169 países, apesar de tudo um valor abaixo da média do IDH para a América Latina e Caraíbas (0,706).

**Tabela 1: IDH Ranking**

	Países Lusófonos	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	Ranking 2010
<b>IDH Muito Elevado</b>	<b>Portugal</b>	0,768	0,789	0,833	0,870	0,895	0,904	0,795	40
<b>IDH Elevado</b>	<b>Brasil</b>	0,685	0,694	0,710	0,734	0,790	0,805	0,699	73
<b>IDH Médio</b>	<b>Cabo Verde</b>	n.a	n.a	0,589	0,641	0,674	0,692	0,534	118
	<b>Timor-Leste</b>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0,488	0,502	120
	<b>São Tomé e Príncipe</b>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0,639	0,488	127
<b>IDH Baixo</b>	<b>Angola</b>	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0,541	0,403	146
	<b>Guiné-Bissau</b>	0,256	0,278	0,320	0,349	0,370	0,386	0,289	164
	<b>Moçambique</b>	0,280	0,258	0,273	0,310	0,350	0,390	0,284	165

Fonte: PNUD/UNDP <sup>34</sup>

Timor-Leste é outro caso interessante, pois conseguiu ascender em 2010 ao 127º lugar, o que significa que passou a integrar o grupo dos países com “IDH médio”, agora na companhia de outros dois países lusófonos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe asseguraram em 2010, respectivamente, o 118º e o 127º lugares no ranking.

Angola tem sido um exemplo de sucesso relativo na região da África Subsariana após o término da Guerra Civil em 2002. Nos últimos relatórios, o país passou do 166º para o 162º, subiu ao 157º, depois para o 143º lugar, caindo em 2010 para o 146º lugar. Posiciona-se neste momento acima da média do IDH da África Subsariana (0,389).

Moçambique e a Guiné-Bissau têm alternado de posições, nuns anos a ser melhor o primeiro, noutros anos a ser melhor o segundo, mas ainda no grupo de “IDH baixo” e nos últimos lugares do ranking de 169 países.

<sup>3</sup> UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2009). HDI Trends and Indicators (1980-2007). *Human Development Report 2009 – HDI Rankings*, Statistics, Getting and using the Data. URL: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/>>

<sup>4</sup> Id. Ibid (2010) Human Development Index and its Components. Human Development Report 2010. Table 1. Statistics. URL: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>>



### 1.3. Índice de Percepções de Corrupção

A ONG *Transparência Internacional* divulga anualmente um *Índice de Percepções de Corrupção (IPC)*. Nesta classificação, publicada desde 1955, a graduação vai de 0 (países mais corruptos) a 10 (países com menos corrupção). O índice é calculado com base em 13 pesquisas de opinião e relatórios de dez organizações não governamentais.

Na verdade, é difícil medir objectivamente os níveis de corrupção. Pelo que, do ponto de vista metodológico e em bom rigor, o IPC não é exactamente um índice de corrupção mas antes um índice que reúne pareceres sobre corrupção, recolhidos em fontes previamente seleccionadas para o efeito. O IPC traduz a imagem internacional que o país possui junto das referidas *referências de opinião*.

Este indicador tem tido massiva divulgação entre os meios de comunicação e possui credibilidade suficiente para influenciar investidores e mercados à escala global, razão porque é invocado neste trabalho.

O IPC de 2009<sup>5</sup> era encabeçado pela Nova Zelândia (1º lugar, com 9,4 valores) e ultimado pela Somália (180º lugar, com 1,1 de pontuação).

O IPC de 2010<sup>6</sup> era liderado pela Dinamarca (9,3 valores), sendo que o último país do ranking era também a somália, neste caso no 178º lugar (1,1 pontos).

**Tabela 2: Índice de Percepções de Corrupção**

Países Lusófonos	Pontuação CPI 2009	Hierarquia 2009	Pontuação CPI 2010	Hierarquia 2010
Portugal	5,8	<b>35</b>	6,0	<b>32</b>
Cabo Verde	5,1	<b>46</b>	5,1	<b>45</b>
Brasil	3,7	<b>75</b>	3,7	<b>69</b>
São Tomé e Príncipe	2,8	<b>111</b>	3,0	<b>101</b>
Moçambique	2,5	<b>130</b>	2,7	<b>116</b>
Timor-Leste	2,2	<b>146</b>	2,5	<b>127</b>
Angola	1,9	<b>162</b>	2,1	<b>154</b>
Guiné-Bissau	1,9	<b>162</b>	1,9	<b>168</b>

Fonte: *Transparência Internacional* (2009 e 2010)

Com base na informação recolhida, do ponto de vista da percepção mundial, Portugal era o país lusófono com menos corrupção. Angola e a Guiné-Bissau considerados os países lusófonos menos transparentes. Cabo Verde encabeçava a lista dos africanos lusófonos. O Brasil ocupava o meio da tabela.

<sup>5</sup> TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). Corruption Perceptions Index 2009. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2009 Table. URL: <[http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2009/cpi\\_2009\\_table](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table)>

<sup>6</sup> Id. Ibid. (2010). Corruption Perceptions Index 2010. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2010 Table. URL: <[http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2010/results](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results)>

Relembra-se que o primeiro lugar era preenchido por um índice de 9,4 (2009) e 9,3 (2010) muito próximos de 10 (valor máximo). As pontuações mais elevadas do grupo lusófono, obtidas por Portugal e por Cabo Verde (os dois melhor posicionados no ranking de países de língua oficial portuguesa) eram, portanto, apenas medianas, a rondar o valor 5.

Por outras palavras, os mercados lusófonos não são em geral considerados transparentes pelos investidores internacionais, o que constitui uma barreira à realização de negócios e é certamente uma matéria a corrigir no futuro próximo.

## 1.4. Índice de Facilidade de Fazer Negócios

Propõe-se a análise do *Índice Facilidade de Fazer Negócios* (IFFN) do relatório *Doing Business 2010* divulgado pelo Banco Mundial. Este índice proporciona uma medida objectiva dos regulamentos para fazer negócios e a sua implementação em 183 países, para uma maior compreensão do ambiente regulamentar aplicado aos negócios nos países em análise<sup>7</sup>.

**Tabela 3: Índice de Facilidade de Fazer Negócios**

Classificação/Ranking		País
2010	2009	
48	48	Portugal
129	127	Brasil
135	140	Moçambique
146	147	Cabo Verde
164	173	Timor-Leste
169	170	Angola
180	180	São Tomé e Príncipe
181	181	Guiné-Bissau

Fonte: Baseado em *Doing Business 2010*<sup>8</sup>

No IFFN, os países que ocupam o topo da hierarquia são Singapura, Nova Zelândia, Hong Kong (China), EUA e Reino Unido. Mas os países lusófonos, com base na informação recolhida a partir do *Relatório Doing Business 2010* do Banco Mundial, ocupam lugares muito distantes do grupo líder.

<sup>7</sup> Alguns apontamentos no que concerne à metodologia do cálculo do IFFN. Possui cinco limitações, com impacto na interpretação dos resultados. Primeiro, os dados referem-se a empresas situadas na maior cidade de negócios do país Segundo, às vezes os dados referem-se a uma forma específica de empresa (tipificada). Terceiro, transacções de estudo padronizado reportam-se a um conjunto específico de problemas. Quarto, as fontes indicam estimativas diferentes. Quinto, a metodologia parte do suposto que a empresa dispõe de toda a informação sobre o que lhe é exigido.

<sup>8</sup> WORLD BANK and THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (2009). *Doing Business 2010 – Reforming Through Difficult Times – Comparing Regulation in 183 Economies*. Washington D.C.: Dalgrave MacMillan, IFC and the World Bank; p. 4.

Portugal manteve o seu 48º lugar. O Brasil perdeu duas posições em 2010, relativamente ao ano anterior, passando para o 129º lugar. Moçambique subiu cinco posições, colocando-se no 135º lugar. Cabo Verde e Angola melhoraram uma posição, transferindo-se respectivamente para os lugares 146º e 169º. Mas foi Timor-Leste que subiu nove degraus no *Índice de Facilidade de fazer Negócios*. O que é uma boa notícia. São Tomé e Príncipe, e a Guiné-Bissau situam-se numa posição bastante desconfortável, quase nos últimos lugares de uma lista de 183 países – respectivamente no 180º e 181º lugares.

Uma boa classificação no IFFN significa que o país promove o funcionamento de negócios. No âmbito da Lusofonia, é um indicador importante, pois nenhum dos países consta do grupo líder.

## 2. FLUXOS DE COMÉRCIO

Começamos a nossa análise no âmbito do comércio externo de cada mercado lusófono. São apresentados indicadores gerais, tais como exportações e importações totais, e o saldo comercial em milhões de dólares EUA. Analisam-se em seguida os valores das exportações e importações, respectivamente, por país de destino (US\$ Milhões – FOB) e de origem (US\$ Milhões – CIF).

### 2.1. Comércio Externo de Angola

Angola é um país africano de língua oficial portuguesa, independente desde 11 de Setembro de 1975. Viveu uma guerra civil de quase três décadas, mas assinou a paz em 2002. Hoje em dia evidencia-se pela pujança económica, mormente impulsionada pelos ganhos exponenciais do sector petrolífero.

As condições económicas de Angola, amplamente favoráveis ao comércio e à entrada de produtos novos e importados, aliciam o interesse crescente do mercado internacional. Atraem, inclusive, países lusófonos como Portugal e o Brasil que almejam aproveitar a abertura cultural e económica de uma nação ávida de oportunidades de negócio, afirmação regional e reconhecimento internacional.

Na Tabela 4 constam três indicadores gerais do comércio externo de Angola.<sup>9</sup> As exportações e as importações nacionais têm verificado um crescendo nos últimos cinco anos, excepção feita a 2009.

**Tabela 4: Comércio Externo de Angola (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
<b>Exportações (FOB)</b>	20208	29303	37456	61394	33958
<b>Importações (FOB)</b>	8252	11331	13107	21229	18418
<b>Saldo Comercial</b>	11956	17972	24349	40165	15540

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Última posição disponível 16/06/2010

A crise internacional contraiu os mercados à escala global, sobretudo desde 2008. É importante reconhecer que as exportações de Angola apenas decresceram em 2009 e que o saldo orçamental continua excedentário.

<sup>9</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010a). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Angola. MRE – Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDAngola.pdf>>

**Tabela 5: Exportações de Angola por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	China	11.713	31,3	20.336	33,1	12.105	35,6
2	EUA	11.751	31,4	17.725	28,9	8.821	26,0
3	França	2.159	5,8	3.681	6,0	2.997	8,8
4	África do Sul	1.660	4,4	2.809	4,6	1.404	4,1
5	Canadá	1.159	3,1	2.545	4,1	1.217	3,6
6	Chile	875	2,3	1.493	2,4	1.215	3,6
7	Índia	749	2,0	1.201	2,0	1.050	3,1
8	Holanda	1.102	2,9	2.220	3,6	907	2,7
9	Espanha	600	1,6	1.641	2,7	724	2,1
10	Suécia	0	0,0	134	0,2	474	1,4
11	Reino Unido	287	0,8	982	1,6	388	1,1
12	Peru	307	0,8	350	0,6	307	0,9
13	Alemanha	178	0,5	637	1,0	281	0,8
14	Bélgica	258	0,7	184	0,3	228	0,7
<b>15</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>462</b>	<b>1,2</b>	<b>549</b>	<b>0,9</b>	<b>196</b>	<b>0,6</b>
<b>16</b>	<b>BRASIL</b>	<b>945</b>	<b>2,5</b>	<b>1.999</b>	<b>3,3</b>	<b>138</b>	<b>0,4</b>
Subtotal		34.204	91,3	58.485	95,3	32.452	95,6
Demais Países		3.252	8,7	2.909	4,7	1.506	4,4
Total Geral		37.456	100,0	61.394	100,0	33.958	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Última posição disponível 16/06/2010

Legenda: US\$ Milhões – FOB

Na Tabela 5 as exportações angolanas estão distribuídas hierarquicamente por principais praças de destino.<sup>10</sup> Países lusófonos como Portugal e o Brasil não constam dos lugares cimeiros, ocupados pela China e pelos EUA. Posicionam-se respectivamente no 15º e no 16º lugares do ranking de 2009.

As importações do Brasil diminuíram significativamente em 2009, contrariamente à tendência verificada em anos anteriores.

Na Tabela 6<sup>11</sup>, que se segue, distribuem-se os valores das importações angolanas por grandes fornecedores. Presentemente, é possível constatar que Portugal lidera a lista (com uma fatia entre os 17% e os 19% do total) e que o Brasil ocupa o quarto lugar (com uma fatia entre os 8% e os 10%).

<sup>10</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010a), *op. cit.*, p. 5.

<sup>11</sup> *Id. Ibid.*, p. 6.

**Tabela 6: Importações de Angola por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	<b>PORTUGAL</b>	<b>2.549</b>	<b>19,4</b>	<b>3.628</b>	<b>17,1</b>	<b>3.442</b>	<b>18,7</b>
2	China	1.365	10,4	3.224	15,2	3.199	17,4
3	EUA	1.408	10,7	2.328	11,0	1.565	8,5
4	<b>BRASIL</b>	<b>1.340</b>	<b>10,2</b>	<b>2.172</b>	<b>10,2</b>	<b>1.511</b>	<b>8,2</b>
5	R. da Coreia	191	1,5	1.393	6,6	1.237	6,7
6	França	820	6,3	814	3,8	830	4,5
7	Itália	297	2,3	369	1,7	787	4,3
8	África do Sul	850	6,5	984	4,6	740	4,0
9	Reino Unido	602	4,6	591	2,8	567	3,1
10	Espanha	297	2,3	777	3,7	546	3,0
11	Bélgica	388	3,0	601	2,8	487	2,6
12	Alemanha	560	4,3	616	2,9	442	2,4
13	Holanda	392	3,0	602	2,8	404	2,2
14	Singapura	112	0,9	187	0,9	363	2,0
15	Índia	272	2,1	378	1,8	330	1,8
Subtotal		11.443	87,3	18.665	87,9	16.452	89,3
Demais Países		1.664	12,7	2.564	12,1	1.966	10,7
Total geral		13.107	100,0	21.229	100,0	18.418	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Última posição disponível 16/06/2010

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

Portugal tornou-se o principal parceiro comercial de Angola no contexto dos países da CPLP.

A Lusofonia parece reivindicar paulatinamente uma posição mais consolidada nas relações bilaterais com Angola, não obstante países como Portugal e o Brasil sejam ainda mais exportadores para Angola do que importadores.

Em contrapartida, a China e os EUA são grandes importadores mas igualmente fortes exportadores para o mercado angolano.

Angola é já o principal fornecedor de petróleo da China (2010), o maior parceiro comercial da China em África e o segundo a nível mundial. As trocas comerciais entre os dois países registaram aumento significativo nos últimos anos.

Portanto, a tendência de crescimento das importações e exportações angolanas reflecte a importância do comércio externo para um país que continua a ser, sobretudo, um país exportador de petróleo. A balança comercial do país, se exceptuarmos as exportações de petróleo, continua altamente deficitária.

Na sua maioria, a população ainda possui um poder aquisitivo baixo. Mas o mercado está em expansão. O aumento do rendimento médio das famílias e o acréscimo da produtividade das empresas criaram condições e disponibilidade financeira para que as importações se mantenham elevadas, por exemplo, no âmbito dos bens de consumo e de equipamentos.

## 2.2. Comércio Externo do Brasil

A Tabela 7<sup>12</sup> mostra que o saldo comercial brasileiro tem sido positivo nos últimos anos. A dinâmica da diplomacia económica do país está enfim a obter resultados, cimentados por índices de crescimento económico sustentáveis.

**Tabela 7: Comércio Externo do Brasil (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Exportações (FOB)</b>	118529	137807	160649	197942	152995
<b>Importações (FOB)</b>	73600	91351	120617	172985	127705
<b>Saldo Comercial</b>	44929	46457	40032	24957	25290

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

A Tabela 8<sup>13</sup> é encabeçada pela China e pelos EUA, os dois principais clientes das exportações do Brasil. Portugal não surge na lista básica.

**Tabela 8: Exportações do Brasil por Principais Países de Destino**

Ranking (2009)	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009	% no Total
1	China	10749	6,7	16403	8,3	20191	13,2
2	EUA	25065	15,6	27423	13,9	15601	10,2
3	Argentina	14417	9,0	17606	8,9	12785	8,4
4	Holanda	8841	5,5	10483	5,3	8150	5,3
5	Alemanha	7211	4,5	8851	4,5	6175	4,0
6	Japão	4321	2,7	6115	3,1	4270	2,8
7	Reino Unido	3301	2,1	3792	1,9	3723	2,4
8	Venezuela	4724	2,9	5150	2,6	3610	2,4
9	Índia	958	0,6	1102	0,6	3415	2,2
10	Bélgica	3886	2,4	4422	2,2	3138	2,1
11	Itália	4464	2,8	4765	2,4	3016	2,0
12	França	3472	2,2	4126	2,1	2905	1,9
13	Rússia	3741	2,3	4653	2,4	2869	1,9
14	México	4260	2,7	4281	2,2	2676	1,7
15	Chile	4264	2,7	4792	2,4	2657	1,7
-	<b>Angola</b>	<b>1218</b>	<b>0,8</b>	<b>1975</b>	<b>1,0</b>	<b>1333</b>	<b>0,9</b>
Subtotal		104892	65,3	125939	63,6	96514	63,1
Demais Países		55757	34,7	72003	36,4	56481	36,9
Total Geral		160649	100	197942	100	152995	100

Fonte: Baseado em Brazil Trade Net (2010)

Legenda: US\$ Milhões – FOB

<sup>12</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010b). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Brasil. MRE – Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, p. 4. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDBrasil.pdf>>

<sup>13</sup> *Id. Ibid.*, p. 6.

**Tabela 9: Importações do Brasil por Principais Países de Origem**

Ranking (2009)	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009	% no Total
1	EUA	18723	15,5	25628	14,8	20028	15,7
2	China	12621	10,5	20044	11,6	15911	12,5
3	Argentina	10404	8,6	13258	7,7	11281	8,8
4	Alemanha	8669	7,2	12027	7,0	9867	7,7
5	Japão	4609	3,8	6807	3,9	5368	4,2
6	R. da Coreia	3391	2,8	5413	3,1	4818	3,8
7	Nigéria	5281	4,4	6704	3,9	4760	3,7
8	Itália	3348	2,8	4613	2,7	3664	2,9
9	França	3525	2,9	4678	2,7	3615	2,8
10	México	1979	1,6	3125	1,8	2783	2,2
11	Chile	3462	2,9	3952	2,3	2669	2,1
12	Taiwan	2286	1,9	3537	2,0	2413	1,9
13	Reino Unido	1956	1,6	2551	1,5	2408	1,9
14	Índia	2169	1,8	3564	2,1	2191	1,7
15	Suíça	2191	1,8	2247	1,3	2050	1,6
Subtotal		84614	70,2	118148	68,3	93826	73,5
Demais Países		36003	29,8	54837	31,7	33879	26,5
Total geral		120617	100	172985	100	127705	100

Fonte: Baseado em Brazil Trade Net (2010)

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

A Tabela 9<sup>14</sup> é igualmente liderada pelos EUA e pela China. Mas desta vez o país americano é o principal fornecedor, pois representa uma fatia de 15,7% das importações totais do Brasil.

Nenhum país lusófono era mencionado na lista básica, publicada no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Resumindo, o Brasil é uma economia emergente a viver um período de forte expansão económica (BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China). Possui ambições geopolíticas na sua região de influência (a América Latina), individualmente e através da MERCOSUL. Mas também no âmbito lusófono, através da CPLP. O sector de serviços é o que mais contribui para o PIB, seguido respectivamente pelo secundário e pelo primário (com importância para). O Brasil possui o segundo maior parque industrial na América, com investimentos de ponta, por exemplo, nas indústrias automóvel, aeronáuticas, petroquímicas e do aço. Confere relevância estratégica à energia (tanto petróleo como energias renováveis). Outros sectores relevantes são o do turismo, dos bens duráveis e de consumo, têxtil, construção, máquinas e equipamentos electrónicos.

O mercado brasileiro é apetecível do ponto de vista do exportador internacional mas é igualmente um fornecedor altamente competitivo. A Lusofonia em geral e a CPLP em particular encontram no Brasil uma porta aberta para o futuro, do ponto de vista geopolítico, económico mas igualmente cultural (como um dos grandes impulsionadores da língua portuguesa no xadrez internacional).

<sup>14</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010b), op. cit., p. 7.



## 2.3. Comércio Externo de Cabo Verde

Cabo Verde é um país insular africano, a Sul das ilhas Canárias, independente desde 5 de Julho de 1975. É relativamente estéril em recursos naturais que não directamente relacionados com o mar que o circunda, mas possui um mercado consolidado e uma estrutura político-social estável.

**Tabela 10: Comércio Externo de Cabo Verde (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
<b>Exportações (FOB)</b>	26	39	31	51	41
<b>Importações (FOB)</b>	480	617	808	991	764
<b>Saldo Comercial</b>	-454	-578	-777	-940	-723

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Última posição disponível 16/06/2010

A Tabela 10 traduz a existência de um défice comercial crónico em Cabo Verde, que resulta de um esforço de aquisição de bens ao exterior muito superior às possibilidades de exportação total do tecido empresarial do arquipélago.<sup>15</sup>

**Tabela 11: Exportações de Cabo Verde por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Espanha	11	36,8	20	38,6	22	53,8
<b>2</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>9</b>	<b>29,2</b>	<b>12</b>	<b>23,7</b>	<b>9</b>	<b>22,1</b>
3	Marrocos	3	9,4	3	6,5	3	7,1
4	Alemanha	0	0,2	2	3,4	1	2,7
5	Bermudas	1	3,4	1	2,3	1	2,5
6	Irlanda	0	0,0	0	0,0	1	2,4
7	EUA	2	6,5	0	0,5	1	1,6
8	França	0	0,3	0	0,2	0	0,8
9	Holanda	0	0,7	1	1,5	0	0,7
-	<b>BRASIL</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,1</b>	<b>0</b>	<b>0,1</b>
	Subtotal	26,79	86,4	39,28	77,0	38,43	93,7
	Demais Países	4,21	13,6	11,72	23,0	2,57	6,3
	Total Geral	31,00	100,0	51,00	100,0	41,00	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010) US\$ Milhões – FOB (1) Última posição disponível 10/06/2010

Com base na Tabela 11<sup>16</sup>, verifica-se que Portugal consta da lista de maiores clientes de produtos cabo-verdianos, mas é a Espanha que encabeça o rol, com uma fatia de 36,8%, representante de 11 milhões de dólares EUA em compras em 2007, que subiu para 53,8% em 2008, equivalentes a 22 milhões de dólares EUA em compras.

<sup>15</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010c). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Cabo Verde. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDcabo Verde.pdf>>

<sup>16</sup> *Id. Ibid.*, p. 5.

Portugal importou bens de Cabo Verde na ordem dos 12 milhões de dólares EUA, mas em 2007 e 2009 os valores rondam os 9 milhões, o que equivale a uma quota entre os 29 e os actuais 22% das importações do arquipélago.

As importações do Brasil não chegam ao milhão de dólares, e não ultrapassam os 0,1% do bolo total, pelo que não é um mercado de destino importante para Cabo Verde. Uma realidade diferente pode ser reconhecida no sentido inverso, o das importações, pois o Brasil é o quinto mercado fornecedor do arquipélago.

Outros países como a Espanha, Marrocos e Alemanha também constam da lista de principais clientes.

**Tabela 12: Importações de Cabo Verde por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	<b>PORTUGAL</b>	344	42,6	417	42,1	342	44,8
2	Holanda	92	11,4	122	12,3	118	15,5
3	Espanha	47	5,9	69	6,9	47	6,1
4	Itália	39	4,9	38	3,8	34	4,5
5	<b>BRASIL</b>	40	4,9	44	4,4	32	4,2
6	Bélgica	27	3,3	24	2,4	19	2,4
7	China	16	2,0	15	1,5	16	2,2
8	França	55	6,9	26	2,6	13	1,7
9	Alemanha	18	2,3	22	2,2	12	1,6
10	Suécia	3	0,4	3	0,3	9	1,2
11	Reino unido	6	0,8	67	6,8	8	1,1
12	Marrocos	8	1,0	9	0,9	8	1,0
13	Japão	1	0,1	17	1,7	8	1,0
14	EUA	6	0,8	14	1,4	7	0,9
	Subtotal	704,16	87,1	885,13	89,3	674,59	88,3
	Demais Países	103,84	12,9	105,87	10,7	89,41	11,7
	Total Geral	808,00	100,0	991,00	100,0	764,00	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Última posição disponível 16/06/2010

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

A Tabela 12<sup>17</sup> é liderada por Portugal. Cabo Verde importava deste país cerca de 344 milhões de dólares EUA em 2007 (42,6% do total das importações nacionais). A soma das compras totais chegou a atingir os 417 milhões de dólares EUA em 2008, valor que contraiu um pouco em 2009 (342 milhões de EUA, o que equivale a 44,8% do total).

A Espanha tem conquistado terreno como fornecedor *e investidor*. Ainda assim, Portugal tem-se mantido ao longo dos anos como o maior parceiro comercial do arquipélago, tanto no sentido das exportações como das importações.

<sup>17</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010c), *op. cit.*, p. 6.

Portanto, Portugal é o principal fornecedor de Angola e de Cabo Verde, o que é significativo, pois reflecte a manutenção de um quadro de preferências de padrão histórico-cultural.

A economia de Cabo Verde não é rica em recursos naturais, a agricultura não está amplamente difundida, mas possui competitividade no sector dos serviços, no turismo e na construção. As suas principais exportações são o calçado, confecções, produtos do mar, alimentares e bebidas. As importações centram-se sobretudo em categorias como os alimentos, bens manufacturados, máquinas e materiais de construção, equipamentos de transporte, aparelhos eléctricos e energia (petróleo).

A grande vantagem de Cabo Verde é a sua posição geográfica. Durante séculos foi porto de paragem na relação triangular entre continentes (Europa, África e América) e pode continuar a jogar com esse trunfo, desde que se proteja das desvantagens que a referida localização lhe confere (mormente ao nível da segurança dos portos, vigilância contra o narcotráfico, tráfico de armas, etc.).

## 2.4. Comércio Externo da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país com independência declarada a 24 de Setembro de 1973 e reconhecida internacionalmente a 10 de Setembro de 1974.

Foi um dos países que mais acerrimamente lutou pela sua emancipação e mais sofreu no período da liberdade, não tendo ainda conquistado a plena estabilidade político-social, com episódios recentes de volubilidade no seio militar ou na governabilidade do território.

Uma situação com repercussões negativas num mercado onde impera a economia paralela (inclusive o narcotráfico). Realidades que não atraem o investimento directo estrangeiro e não fomentam as trocas comerciais lícitas.

**Tabela13: Comércio Externo da Guiné-Bissau (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Exportações (FOB)</b>	109	88	302	132	121
<b>Importações (FOB)</b>	213	200	251	316	324
<b>Saldo Comercial</b>	-104	-113	51	-184	-203

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

A Tabela 13<sup>18</sup> traduz uma realidade de défice comercial nos últimos cinco anos (excepção feita em 2007). As exportações da Guiné-Bissau atingiram os 121 milhões de dólares EUA em 2009. As importações tenham sido mais do dobro desse valor (324 milhões de dólares EUA).

A Guiné-Bissau observou uma reduzida transformação industrial interna, pelo que o comércio é a principal fonte de acréscimo de valor da produção primária do país, instigado pela liberalização económica (mormente ao nível dos preços).

---

<sup>18</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010d). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Guiné-Bissau. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDguinebissau.pdf>>

**Tabela 14: Exportações da Guiné-Bissau por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Índia	55	18,2	84	63,3	73	60,4
2	Nigéria	31	10,3	39	29,7	37	30,4
3	Togo	0	0,0	1	0,8	2	1,9
4	<b>PORTUGAL</b>	<b>1</b>	<b>0,2</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>	<b>2</b>	<b>1,4</b>
5	China	0	0,1	1	0,9	1	1,2
6	Paquistão	1	0,4	1	1,0	1	0,9
7	Senegal	0	0,0	1	0,6	1	0,6
8	Espanha	0	0,1	0	0,0	1	0,4
9	Guiné	0	0,2	1	0,4	0	0,4
10	Malásia	0	0,0	0	0,3	0	0,3
-	<b>BRASIL</b>	<b>209</b>	<b>69,4</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
Subtotal		298	98,9	129	97,6	119	98,0
Demais Países		3	1,1	3	2,4	2	2,0
Total Geral		302	100,0	132	100,0	121	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

Legenda: US\$ Milhões – FOB

A Tabela 14<sup>19</sup> ilustra que Portugal ocupa o quarto lugar na lista de maiores clientes da Guiné-Bissau. Na Tabela 12<sup>20</sup> Portugal lidera o rol de principais fornecedores.

A Índia encabeça destacadamente a tabela dos países de destino das exportações da Guiné-Bissau, actualmente com uma fatia a rondar os 60% do total.

**Tabela 15: Importações da Guiné-Bissau por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009	% no Total
1	<b>PORTUGAL</b>	<b>52</b>	<b>20,8</b>	<b>66</b>	<b>20,8</b>	<b>51</b>	<b>15,8</b>
2	Senegal	44	17,6	56	17,9	50	15,4
3	Holanda	9	3,7	10	3,2	27	8,5
4	Índia	4	1,5	31	9,7	27	8,3
5	China	8	3,0	7	2,1	26	7,9
6	Tailândia	1	0,2	4	1,4	15	4,7
7	<b>BRASIL</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>9</b>	<b>2,9</b>	<b>13</b>	<b>4,1</b>
8	Paquistão	11	4,5	13	4,1	11	3,5
9	Cuba	9	3,7	11	3,4	9	2,9
10	França	14	5,7	12	3,9	8	2,6
11	C. do Marfim	12	4,6	10	3,1	7	2,3
12	Suécia	4	1,7	2	0,6	7	2,0
13	Espanha	6	2,4	5	1,6	6	1,9
14	Itália	5	2,0	5	1,6	4	1,3
15	Indonésia	4	1,5	4	1,4	3	0,9
16	Latvia	0	0,0	0	0,0	3	0,9
Subtotal		183	73,1	245	77,6	269	83,0
Demais Países		68	26,9	71	22,4	55	17,0
Total Geral		251	100,0	316	100,0	324	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

<sup>19</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010d), *op.cit.*, p. 5.

<sup>20</sup> *Id. Ibid.*, p. 6.

Com base nos números é possível concluir que o Brasil não se encontra no topo da lista de fornecedores (no máximo uma fatia de 4,1% e apenas em 2009, pelo que não de forma consistente ao longo dos anos) nem de clientes.

No que concerne aos principais fornecedores, para além de Portugal, destacam-se países como o Senegal, a Holanda, a Índia e a China.

A Guiné-Bissau ainda é um país maioritariamente pobre e agrícola, com parte significativa da população abaixo dos níveis de pobreza. Vigora sobretudo o sistema de monocultura de exportação. O principal bem de exportação é a castanha de caju e a Índia o seu maior cliente. Também produz arroz, feijão, tapioca, amendoim, sementes de palma e algodão. São relevantes os produtos do mar e a madeira. Por outro lado, a rubrica de bens alimentares é igualmente significativo no total das importações guineenses.

A Guiné-Bissau é um país em desenvolvimento que deve, antes de mais, resolver as suas dificuldades internas. Este é um dos desafios prioritários também da CPLP.

## 2.5. Comércio Externo de Moçambique

Moçambique obteve a sua independência a 25 de Junho de 1975. Sobreviveu a uma guerra civil que alastrou de 1976 a 1992, e vive em paz há quase duas décadas. A sua estabilidade política e as práticas reconhecidas de boa governação têm permitido a construção de infra-estruturas, a modernização da Administração Pública e a qualificação do capital humano, em prol do desenvolvimento sustentado adjuvado por financiamentos externos, entre outros, da União Europeia, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Monetário internacional (FMI).

Moçambique é um mercado consideravelmente dependente da África do Sul. Possui elevados índices de pobreza e um peso assinalável da economia paralela devido às altas taxas de desemprego, o que envolve um risco sistémico para o investimento e para o comércio.

Não obstante, é um mercado com potencialidades ainda não exploradas (por exemplo na energia e no turismo), o que tem motivado o interesse crescente do tecido empresarial português.

Na Tabela 16 constam três indicadores gerais do comércio externo de Moçambique.<sup>21</sup> O saldo da balança comercial tem-se agravado, também por causa da crise internacional. As exportações em 2005 rondavam os 1745 milhões de dólares EUA, valor que subiu até 2009 (ainda assim, os valores deste ano correspondem apenas a nove meses).

**Tabela 16: Comércio Externo de Moçambique (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
<b>Exportações (FOB)</b>	1.745	2.381	2.412	2.653	1.371
<b>Importações (FOB)</b>	2.467	2.914	3.092	3.804	2.817
<b>Saldo Comercial</b>	-722	-533	-680	-1.151	-1.446

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Jan-Set (2009). Última posição disponível 13/05/2010

Com base na Tabela 17<sup>22</sup> verifica-se que as importações portuguesas de Moçambique rondam os 31 milhões de dólares (2007), valor consistente com o preliminar de 2009. As compras angolanas neste mercado oscilam entre os 4 e os 8 milhões de dólares EUA.

<sup>21</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010e). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Moçambique. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDmocambique.pdf>>

<sup>22</sup> *Id. Ibid.*, p. 5.

**Tabela 17: Exportações de Moçambique por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Holanda	1.492	61,8	1.472	55,5	24	1,7
2	África do Sul	414	17,2	245	9,2	146	10,6
3	Zimbabué	71	2,9	57	2,1	38	2,7
4	China	40	1,7	42	1,6	39	2,9
5	Malawi	16	0,7	37	1,4	25	1,8
6	Espanha	37	1,5	34	1,3	114	8,3
7	<b>PORTUGAL</b>	<b>31</b>	<b>1,3</b>	<b>22</b>	<b>0,8</b>	<b>31</b>	<b>2,3</b>
8	Índia	17	0,7	22	0,8	14	1,1
9	Alemanha	9	0,4	21	0,8	12	0,9
10	EUA	5	0,2	14	0,5	30	2,2
11	Bélgica	7	0,3	13	0,5	196	14,3
12	França	15	0,6	12	0,4	6	0,4
13	Japão	3	0,1	11	0,4	19	1,4
14	Polónia	5	0,2	11	0,4	2	0,1
15	Suíça	9	0,4	10	0,4	5	0,4
16	Reino Unido	32	1,3	8	0,3	45	3,3
17	<b>ANGOLA</b>	<b>4</b>	<b>0,2</b>	<b>8</b>	<b>0,3</b>	<b>5</b>	<b>0,4</b>
18	Botsuana	0	0,0	7	0,3	5	0,4
19	Itália	1	0,1	6	0,2	141	10,3
20	Malásia	5	0,2	5	0,2	1	0,1
-	<b>BRASIL</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
	Subtotal	2.213	91,7	2.056	77,5	898	65,5
	Demais Países	199	8,3	597	22,5	473	34,5
	Total Geral	2.412	100,0	2.653	100,0	1.371	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010) (1) Jan-Set (2009). Última posição disponível 13/05/2010

Legenda: US\$ Milhões – FOB

O Brasil ainda não centrou as suas atenções no mercado moçambicano, com uma fatia irrisória enquanto fornecedor e uma não representação enquanto cliente, pelo menos nos anos em análise.

A Lusofonia poderá estar a perder terreno perante a pujança da China nos territórios africanos. Por exemplo, a China está interessada em financiar a recuperação e construção de novas linhas de caminho-de-ferro que liguem a costa angolana à costa de Moçambique. Uma ideia que Portugal já tentara implementar no séc. XIX e não conseguiu.

Moçambique é um país muito especial na geopolítica lusófona pois não está no Atlântico como a maioria dos Estados-membros da CPLP e é muito influenciado por países do xadrez anglófono, quer fronteiriços (África do Sul), quer dominantes na região de proximidade (Índia). Trata-se de um país em desenvolvimento que ainda enfrenta dificuldades básicas, com um peso significativo do sector primário (mormente o de subsistência). As suas principais exportações são produtos como o camarão, o algodão, o caju e o chá. As suas principais importações incluem alimentos, transportes, equipamentos, telecomunicações, mas também importa medicamentos e energia (petróleo).



**Tabela 18: Importações de Moçambique por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	África do Sul	1.002	32,4	1.041	27,4	683	24,3
2	Holanda	448	14,5	599	15,7	21	0,7
3	China	107	3,5	163	4,3	198	7,0
4	Índia	136	4,4	149	3,9	99	3,5
5	EUA	84	2,7	133	3,5	174	6,2
6	Japão	94	3,1	129	3,4	42	1,5
<b>7</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>109</b>	<b>3,5</b>	<b>122</b>	<b>3,2</b>	<b>137</b>	<b>4,9</b>
8	Tailândia	56	1,8	88	2,3	138	4,9
9	Emiratos Árabes Unidos	104	3,4	70	1,8	34	1,2
10	Alemanha	35	1,1	68	1,8	119	4,2
11	Malásia	17	0,5	53	1,4	31	1,1
12	Espanha	13	0,4	49	1,3	17	0,6
13	Argentina	35	1,1	41	1,1	27	1,0
14	Indonésia	39	1,3	40	1,0	19	0,7
15	Paquistão	42	1,4	38	1,0	25	0,9
16	Reino Unido	17	0,6	35	0,9	19	0,7
17	Itália	26	0,8	32	0,8	47	1,7
<b>18</b>	<b>BRASIL</b>	<b>27</b>	<b>0,9</b>	<b>28</b>	<b>0,7</b>	<b>26</b>	<b>0,9</b>
19	R. da Coreia	20	0,7	26	0,7	17	0,6
20	França	26	0,8	25	0,7	56	2,0
21	Vietname	8	0,3	24	0,6	16	0,6
22	Suécia	12	0,4	24	0,6	12	0,4
23	Suíça	6	0,2	18	0,5	10	0,4
	Subtotal	2.463	79,7	2.992	78,7	1.967	69,8
	Demais Países	629	20,3	812	21,3	850	30,2
	Total Geral	3.092	100,0	3.804	100,0	2.817	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Jan-Set (2009). Última posição disponível 13/05/2010

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

A Tabela 18<sup>23</sup> é liderada pela África do Sul. Portugal, nos últimos três anos, mantém uma fatia menor, a rondar os 3,5% (2007) e os 4,9% (2009) de quota de mercado, o que ainda não é significativo. Por outro lado, possui margem para crescimento.

<sup>23</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010e), *op. cit.*, p. 6.

## 2.6. Comércio Externo de Portugal

Portugal entrou para a União Europeia em 1986 e assim passou a centrar-se nas potencialidades que o mercado comunitário lhe poderia oferecer. Até 1998/99 registou um período de convergência económica com os demais Estados-membros, alimentado a fundos estruturais. Actualmente, grande parte do comércio externo português é desenvolvida com mercados da União Europeia, tais como Espanha, Alemanha, França e Reino Unido.

Actualmente, a economia portuguesa procura sobreviver a uma crise económico-financeira estrutural e tem movido esforços no sentido da diversificação da sua carteira de investimentos e dos seus parceiros comerciais. Portugal tem apostado novamente nos mercados de língua oficial portuguesa.

**Tabela 19: Comércio Externo de Portugal (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
<b>Exportações (FOB)</b>	38.142	43.350	51.522	56.060	31.208
<b>Importações (FOB)</b>	61.170	66.684	78.321	90.191	49.825
<b>Saldo Comercial</b>	-23.028	-23.334	-26.799	-34.131	-18.617

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Jan-Set (2009). Última posição disponível 31/05/2010

Na Tabela 19 constam três indicadores gerais do comércio externo de Portugal.<sup>24</sup> O saldo da Balança Comercial de Portugal é particularmente preocupante. É um dos maiores défices comerciais da União Europeia a 27 (chegou ao quinto lugar entre Janeiro e Maio de 2009), depois da França, Espanha, Itália e Grécia.

Na Tabela 20<sup>25</sup> constata-se que destinos tradicionais como a Espanha, a Alemanha e a França continuam a liderar a lista de principais clientes das exportações portuguesas.

O facto significativo é que Angola ascendeu ao quarto lugar na mesma lista, com compras no valor de 2317 milhões de dólares EUA em 2007 (correspondente a uma fatia de 4,5%) e 2277 milhões de dólares EUA em 2009 (7,3% do total).

Sublinha-se que Portugal é o principal parceiro comercial de Angola no contexto dos países da CPLP.

<sup>24</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010f). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Portugal. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: < <http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDportugal.pdf> >

<sup>25</sup> *Id. Ibid.*, p. 5.

**Tabela 20: Exportações de Portugal por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Espanha	13.941	27,1	14.396	25,7	8.100	26,0
2	Alemanha	6.630	12,9	7.100	12,7	4.115	13,2
3	França	6.313	12,3	6.238	11,1	3.818	12,2
<b>4</b>	<b>ANGOLA</b>	<b>2.317</b>	<b>4,5</b>	<b>3.299</b>	<b>5,9</b>	<b>2.277</b>	<b>7,3</b>
5	Reino unido	3.037	5,9	2.980	5,3	1.721	5,5
6	Itália	2.084	4,0	2.070	3,7	1.188	3,8
7	EUA	2.447	4,8	1.982	3,5	986	2,2
8	Holanda	1.708	3,3	1.761	3,1	1.146	3,7
9	Bélgica	1.294	2,5	1.346	2,4	744	2,4
10	Singapura	976	1,9	1.278	2,3	102	0,3
11	Suécia	615	1,2	657	1,2	365	1,2
12	Malásia	545	1,1	553	1,0	28	0,1
<b>13</b>	<b>BRASIL</b>	<b>356</b>	<b>0,7</b>	<b>467</b>	<b>0,8</b>	<b>253</b>	<b>0,8</b>
14	Suíça	365	0,7	441	0,8	297	1,0
15	Polónia	359	0,7	427	0,8	250	0,8
16	Marrocos	274	0,5	405	0,7	212	0,7
17	Dinamarca	372	0,7	389	0,7	233	0,7
<b>18</b>	<b>CABO VERDE</b>	<b>313</b>	<b>0,6</b>	<b>379</b>	<b>0,7</b>	<b>223</b>	<b>0,7</b>
19	Finlândia	288	0,6	356	0,6	116	0,4
	Subtotal	44.235	85,9	46.524	83,0	26.173	83,9
	Demais Países	7.288	14,1	9.536	17,0	5.035	16,1
	Total Geral	51.522	100,0	56.060	100,0	31.208	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010) (1) Jan-Set (2009). Última posição disponível 31/05/2010

Legenda: US\$ Milhões – FOB

A diversificação portuguesa pode ser constatada na lista de países de destino. De acordo com os dados apurados, Brasil e Cabo Verde possuem quotas de mercado a rondar o 1% das exportações portuguesas.

Portugal e Brasil representam pouco, um para o outro, no volume de comércio total, mas os fluxos nos dois sentidos têm progredido mais do que a média do crescimento mundial do comércio. O que é uma boa notícia para a Lusofonia e para a CPLP.

Ao nível das exportações portuguesas, destacam-se sectores como o das máquinas e material de transporte, vestuário e calçado, moldes, cortiça (em que Portugal detém 60% do mercado mundial) e pasta de papel.

**Tabela 21: Importações de Portugal por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009	% no Total
1	Espanha	23.116	29,5	26.079	28,9	15.731	31,6
2	Alemanha	10.082	12,9	10.451	11,6	6.362	12,8
3	França	6.571	8,4	7.225	8,0	4.182	8,4
4	Itália	4.102	5,2	4.439	4,9	2.769	5,6
5	Holanda	3.564	4,6	3.960	4,4	2.687	5,4
6	Reino Unido	2.698	3,4	2.753	3,1	1.576	3,2
7	Nigéria	1.382	1,8	2.559	2,8	1.252	2,5
8	Bélgica	2.202	2,8	2.325	2,6	1.421	2,9
<b>9</b>	<b>BRASIL</b>	<b>1.900</b>	<b>2,4</b>	<b>2.034</b>	<b>2,3</b>	<b>1.009</b>	<b>2,0</b>
10	China	1.462	1,9	1.953	2,2	1.125	2,3
11	EUA	1.310	1,7	1.522	1,7	851	1,7
12	Líbia	1.083	1,4	1.502	1,7	372	0,7
13	Suécia	848	1,1	1.101	1,2	556	1,1
14	Argélia	801	1,0	1.033	1,1	270	0,5
15	Noruega	951	1,2	1.033	1,1	521	1,0
16	Arábia Saudita	592	0,8	990	1,1	374	0,8
17	Japão Irlanda	783	1,0	862	1,0	308	0,6
18	Irlanda	630	0,8	847	0,9	504	1,0
	Subtotal	64.076	81,8	72.669	80,6	41.870	84,0
	Demais Países	14.245	18,2	17.522	19,4	7.955	16,0
	Total Geral	78.321	100,0	90.191	100,0	49.825	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Jan-Set (2009). Última posição disponível 31/05/2010

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

Na Tabela 21<sup>26</sup> constam os principais fornecedores do mercado português. O rol é liderado novamente pela Espanha, seguindo-se a França, a Itália, a Holanda e o Reino Unido, praças europeias que continuam a representar uma fatia significativa do total. Em 2009, seguem-se países como o Brasil (2%), a China (2,3%) e os EUA (1,7%).

No âmbito dos produtos, as importações portuguesas são sobretudo maquinaria e material de transporte, químicos, borrachas e plásticos, e recursos energéticos.

Resumindo, Portugal desde 1986 que centra atenções nos mercados comunitários, mas fora do espaço económico da União Europeia atribui relevância estratégica aos países de língua portuguesa, nos quais as empresas portuguesas são competitivas e conhecedoras do terreno.

<sup>26</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010f), *op. cit.*, p. 6.

## 2.7. Comércio Externo de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um país independente desde o dia 12 de Julho de 1975. Só realizou as suas primeiras eleições livres em 1991. A economia de São Tomé e Príncipe depende da produção de cacau.

O país pretende explorar as reservas de petróleo no Golfo da Guiné (exploração inicialmente na Zona de Desenvolvimento Conjunto partilhada com a Nigéria, com base no Tratado bilateral assinado em 2001) e apostar forte no turismo.

**Tabela 22: Comércio Externo de São Tomé e Príncipe (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
<b>Exportações (FOB)</b>	18,5	10,8	9,3	29,1	23,4
<b>Importações (FOB)</b>	64,5	79,8	81,3	105,3	45,5
<b>Saldo Comercial</b>	-46,1	-69,1	-72,1	-76,2	-22,1

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Jan-Junho (2009). Última posição disponível 04/02/2010

Na Tabela 22 constam três indicadores gerais do comércio externo de São Tomé e Príncipe.<sup>27</sup> Comprova-se que o Saldo da Balança Comercial é amplamente deficitário. Em 2005, as importações eram quase 3,5 vezes mais do que as exportações.

**Tabela 23: Exportações de STP por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Japão	0,1	0,8	22,5	77,4	17,8	76,2
2	Bélgica	1,8	19,8	2,3	7,7	1,5	6,5
3	Holanda	1,8	19,8	1,9	6,4	2,5	10,6
4	<b>PORTUGAL</b>	<b>0,3</b>	<b>3,5</b>	<b>0,4</b>	<b>1,4</b>	<b>0,4</b>	<b>1,6</b>
5	Nigéria	0,3	3,1	0,4	1,2	0,2	0,8
6	França	1,0	10,8	0,3	1,0	0,5	2,2
7	Nova Zelândia	0,0	0,1	0,2	0,7	0,0	0,1
8	Quênia	0,2	1,9	0,2	0,7	0,1	0,3
9	Itália	0,2	1,6	0,1	0,5	0,0	0,0
10	Camarões	0,1	1,2	0,1	0,4	0,1	0,3
11	Austrália	0,0	0,2	0,1	0,4	0,0	0,0
12	Espanha	0,1	1,4	0,1	0,3	0,0	0,0
-	<b>BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,01</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
	Subtotal	6,0	64,3	28,6	98,3	23,1	98,8
	Demais Países	3,3	35,7	0,5	1,7	0,3	1,2
	Total Geral	9,3	100,0	29,1	100,0	23,4	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Jan-Junho (2009). Última posição disponível 04/02/2010

Legenda: US\$ Milhões – FOB

<sup>27</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010g). Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais. – São Tomé e Príncipe. MRE – Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDsaotomeprincipe.pdf>>

Na Tabela 23<sup>28</sup> é possível constatar que Portugal é o quarto principal cliente das exportações de bens de São Tomé e Príncipe.

Na Tabela 24<sup>29</sup>, Portugal continua a ser o maior fornecedor do arquipélago.

Ainda assim, é preciso salientar que Portugal é cliente de 1,6% (em 2009) dos bens de STP. O Japão, pelo seu lado, consome 77,4% (em 2008, 76,2% em 2009) da produção exportável do arquipélago. A diferença é marcante e sobretudo significativa nos últimos anos (2008/09), precisamente os alvos de análise.

**Tabela 24: Importações de STP por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007	% no Total	2008	% no total	2009	% no Total
<b>1</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>50,4</b>	<b>61,9</b>	<b>58,5</b>	<b>55,5</b>	<b>22,8</b>	<b>50,0</b>
2	Bélgica	3,2	3,9	10,1	9,6	1,2	2,7
3	Japão	0,0	0,0	9,7	9,2	6,8	15,0
4	Gabão	3,6	4,5	4,1	3,9	1,8	4,0
5	EUA	9,4	11,5	3,9	3,7	0,6	1,2
6	Holanda	2,5	3,1	3,1	2,9	1,1	2,3
7	China	2,0	2,4	2,1	2,0	1,0	2,1
8	França	1,5	1,9	1,8	1,7	0,6	1,4
<b>9</b>	<b>BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>5,1</b>	<b>11,2</b>
10	Camarões	1,1	1,3	1,2	1,2	0,5	1,2
11	Índia	1,5	1,8	1,2	1,2	0,5	1,2
12	Itália	0,4	0,4	1,2	1,1	0,1	0,3
Subtotal		75,5	92,8	98,2	93,2	42,2	92,7
Demais Países		5,9	7,2	7,1	6,8	3,3	7,3
Total Geral		81,3	100,0	105,3	100,0	45,5	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010) (1) Jan-Junho (2009). Última posição disponível 04/02/2010

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

No que concerne às importações, Portugal lidera a lista. Por outro lado, as relações económicas entre STP e o Brasil foram pouco significativas até à década de noventa, ampliando-se em acordos pontuais de cooperação técnica (por exemplo, no âmbito da educação). O compromisso assumido pelo Presidente Lula da Silva com a cooperação para o desenvolvimento da África, com prioridade para os países africanos lusófonos, imprimiu novo impulso às relações do Brasil com STP.

A abertura da Embaixada do Brasil em S. Tomé, em 2003, abriu portas a uma diplomacia económica mais intensa, baseada em acordos ou protocolos de cooperação bilateral em várias áreas, inclusive no sector do petróleo. Os efeitos da aproximação entre estes dois países começaram a surtir efeito ao nível do comércio a partir de 2008.

<sup>28</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010g), *op. cit.*, p. 5.

<sup>29</sup> *Id. Ibid.*

Com base na Tabela 24, o Brasil conseguiu inverter a tendência e tornar-se um dos principais fornecedores, chegando as suas vendas a representar 11,2% do total das importações de STP em 2009.

Em geral, STP é um país que centra as suas atenções na agricultura (monocultura do cacau, em que as plantações estatais representam cerca de 80% da área de cultivo), nos serviços (turismo) e num sector com perspectivas de futuro que pode elevar as suas taxas de crescimento económico (através da recente descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas).

As suas principais importações são alimentos, equipamentos eléctricos e energia (petróleo). Tal como a Guiné-Bissau é um país mormente agrícola que importa sobretudo alimentos, uma realidade representativa do seu grau de desenvolvimento.

Seja como for, STP possui uma vantagem geográfica, diria mesmo geoestratégica no Golfo da Guiné onde está inserido. A CPLP poderia aproveitar melhor, no seu conjunto, a janela de oportunidade (inclusivamente económica) que o país pode oferecer.

## 2.8. Comércio Externo de Timor-Leste

Timor-Leste obteve a sua independência a 20 de Maio de 2002. É um dos países mais jovens a nível mundial, tem poucos recursos naturais para além dos que o mar lhe oferece, mas tem procurado reconstruir a sua economia. Esperanças de um futuro melhor estão depositadas no desenvolvimento da exploração das reservas de petróleo.

Na Tabela 25 constam três indicadores gerais do comércio externo de Timor-Leste.<sup>30</sup> O saldo da Balança Comercial é deficitário, sendo que o valor das importações corresponde grosso modo ao dobro das exportações.

**Tabela 25: Comércio Externo de Timor-Leste (2005/09)**

Comércio Externo (US\$ Milhões)	2005 (1)	2006 (1)	2007 (1)	2008 (1)	2009 (1)
<b>Exportações (FOB)</b>	43	35	31	170	100
<b>Importações (FOB)</b>	102	82	114	297	268
<b>Saldo Comercial</b>	-59	-47	-83	-127	-168

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Estimativa. Última posição disponível 16/06/2010

A lista dos principais países de destino das exportações de Timor-Leste é apresentada na Tabela 26<sup>31</sup>. O Japão, tal como se tinha verificado no caso de STP, é definitivamente o principal cliente de Timor-Leste – 70,5% (2007), 82,1% (2008) e 50,3% (em 2009).

**Tabela 26: Exportações de Timor-Leste por Principais Países de Destino**

Ranking	Países	2007 (1)	% no Total	2008 (1)	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Japão	21,6	70,5	139,2	82,1	50,4	50,3
2	R. da Coreia	0,1	0,3	0,0	0,0	34,4	34,4
3	Austrália	1,4	4,4	9,3	5,5	4,0	4,0
4	Alemanha	2,2	7,0	4,2	2,5	3,7	3,7
5	Canadá	1,3	4,1	6,5	3,8	3,6	3,6
<b>6</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>0,2</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>0,5</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>
7	Indonésia	0,3	0,9	2,9	1,7	0,9	0,9
8	Senegal	0,8	2,7	1,5	0,9	0,6	0,6
9	Nova Zelândia	0,1	0,4	0,3	0,2	0,4	0,4
10	Dinamarca	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2
11	Bélgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
-	<b>BRASIL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
	Subtotal	28,0	91,2	165,0	97,3	99,6	99,5
	Demais Países	2,7	8,8	4,6	2,7	0,4	0,5
	Total Geral	30,7	100,0	169,6	100,0	100,0	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Estimativa. Última posição disponível 16/06/2010

Legenda: US\$ Milhões – FOB

<sup>30</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010h). Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais – Timor Leste. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, p. 3. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDtimorleste.pdf>>

<sup>31</sup> *Id. Ibid.* p. 5.



Portugal ocupa o sexto lugar de principais clientes e o quarto lugar no rol de fornecedores, mas representa fatias pouco significativas do comércio bilateral.

**Tabela 27: Importações de Timor-Leste por Principais Países de Origem**

Ranking	Países	2007 (1)	% no Total	2008 (1)	% no total	2009 (1)	% no Total
1	Indonésia	7,5	6,6	85,7	28,9	163,0	60,9
2	Austrália	30,9	27,2	29,4	9,9	35,9	13,4
3	China	9,5	8,4	9,4	3,2	23,2	8,7
<b>4</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>3,1</b>	<b>1,0</b>	<b>13,0</b>	<b>4,8</b>
5	Malásia	2,5	2,2	8,0	2,7	8,2	3,1
6	Tailândia	8,5	7,4	8,7	2,9	6,1	2,3
7	Japão	6,7	5,9	6,8	2,3	5,7	2,1
8	Alemanha	4,8	4,2	1,6	0,5	4,2	1,6
<b>9</b>	<b>EUA</b>	<b>10,9</b>	<b>9,6</b>	<b>5,0</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>0,9</b>
10	R. da Coreia	0,7	0,6	2,5	0,8	1,8	0,7
<b>11</b>	<b>BRASIL</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>1,4</b>	<b>0,5</b>
	Subtotal	83,9	73,7	160,4	54,0	264,9	99,0
	Demais Países	30,0	26,3	136,4	46,0	2,7	1,0
	Total Geral	113,9	100,0	296,8	100,0	267,6	100,0

Fonte: Brazil Trade Net (2010)

(1) Estimativa. Última posição disponível 16/06/2010

Legenda: Importações (US\$ Milhões - CIF)

Levando em consideração os dados apurados nas Tabelas 26 e 27, o peso do Brasil nas relações recíprocas com Timor-Leste é nula enquanto cliente e reduzida enquanto fornecedor.

Na Tabela 27<sup>32</sup> é possível constatar que a Indonésia reconquistou um nível elevado de quota de mercado, ao passar de 6,6% (em 2007) para 60,9% (em 2009) das importações totais do território agora independente. A Indonésia é seguida por mercados na orla de proximidade de Timor-Leste, como a Austrália, a China, a Malásia, a Tailândia e o Japão.

Posto isto, importa realçar que Timor-Leste possui uma localização geográfica importante na sua região (Ásia/Oceânia) que podia ser estudada no seio da CPLP, para vantagens mútuas. Para além do petróleo, o país exporta café mas também outros produtos agrícolas tais como avelãs, gengibre e feijão. As suas empresas fabricam tecidos, sabonetes, artesanato e têxteis. É também uma Nação com mais-valias no sector do Turismo. Em contrapartida importa alimentos (cereais, mormente arroz), veículos para transporte de pessoas e de mercadorias e de pessoas, e energia (petróleo).

<sup>32</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010g), *op. cit.*, p. 5.

## 2.9. Comércio Lusófono Entre os PALOP

### 2.9.1. Exportações Bilaterais Entre os PALOP

Para completar a análise do ponto de vista dos fluxos de comércio, recorreu-se aos relatórios publicados pelo Banco Mundial, neste caso aos Indicadores de Desenvolvimento Africano, onde foi possível recolher informação sobre as relações bilaterais de comércio entre os PALOP.

**Tabela 28: Percentagem do Total de Exportações – 1993<sup>33</sup>**

	Angola	CV	GB	MOC	STP	Mundo
Angola		1,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Cabo Verde	0,0		0,2	0,0	0,0	0,0
Guiné-Bissau	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Moçambique	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
S. Tomé e Príncipe	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
África Subsariana	8,9	8,6	4,0	43,3	8,8	1,4
EUA	12,8	11,2	1,4	4,1	6,7	12,5
União Europeia	62,8	68,9	43,1	26,5	78,8	40,1
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Mundial (2005)

As Tabelas 28 e 29 são indicativas de uma realidade que não se alterou talvez de forma significativa nos últimos anos. Com base no Relatório de 2005, com dados relativos a 1993 e 2003, observa-se que, à excepção das transacções entre Angola e Cabo Verde, e de Cabo Verde com a vizinha Guiné-Bissau (em 2003), as relações bilaterais entre PALOP em percentagem do total das exportações, ainda não têm expressividade.

**Tabela 29: Percentagem do Total de Exportações – 2003<sup>34</sup>**

	Angola	CV	GB	MOC	STP	Mundo
Angola		0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Cabo Verde	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0
Guiné-Bissau	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Moçambique	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
S. Tomé e Príncipe	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
África Subsariana	14,4	3,5	24,8	38,3	4,0	1,5
EUA	11,9	3,0	1,2	5,2	2,6	9,7
União Europeia	52,0	81,5	48,0	19,5	84,9	41,3
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Mundial (2005)

<sup>33</sup> WORLD BANK (2005). *African Development Indicators – 2005*. Washington DC: World Bank; pp. 125-27.

<sup>34</sup> *Id. Ibid.*, pp. 133-35.

## 2.9.2. Importações Bilaterais Entre PALOP

As Tabelas 30 e 31 são relativas à percentagem do total de importações, respectivamente, para os anos de 1993 e de 2003, pelo que apartadas por uma década.

**Tabela 30: Percentagem do Total de Importações – 1993<sup>35</sup>**

	Angola	CV	GB	MOC	STP	Mundo
<b>Angola</b>		0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Cabo Verde</b>	0,1		0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Guiné-Bissau</b>	0,0	2,0		0,0	0,0	0,0
<b>Moçambique</b>	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
<b>África Subsariana</b>	0,2	5,9	15,6	10	6,1	1,5
<b>EUA</b>	70,4	44,4	0,6	4,1	7	15,9
<b>União Europeia</b>	16,8	25,1	54,5	38,3	71,2	38,5
<b>Mundo</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Mundial (2005)

É possível fazer novamente referência às relações bilaterais entre Cabo Verde e Angola, e entre Angola e a vizinha Guiné-Bissau em valores pouco significativos (apesar de tudo 2% no último caso).

**Tabela 31: Percentagem do Total de Importações – 2003<sup>36</sup>**

	Angola	CV	GB	MOC	STP	Mundo
<b>Angola</b>		0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
<b>Cabo Verde</b>	0,0		0,1	0,0	0,0	0,0
<b>Guiné-Bissau</b>	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
<b>Moçambique</b>	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
<b>África Subsariana</b>	0,8	0,5	18,8	22,4	1,9	1,4
<b>EUA</b>	47,8	18,5	2,7	0,8	0	16,8
<b>União Europeia</b>	13,4	79,2	11,2	66,3	68,1	39,1
<b>Mundo</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Mundial (2005)

A situação em 2003 era ainda menos expressiva. As relações comerciais entre os PALOP ainda são diminutas para não dizer ínfimas.

<sup>35</sup> WORLD BANK (2005), *op. cit.*, pp. 116-118.

<sup>36</sup> *Id. Ibid.*, pp. 122-24.

As trocas comerciais começaram por estabelecer-se entre Portugal e os PALOP. Apenas nos últimos anos a reciprocidade parece ser uma realidade (sobretudo no caso de Angola).

Posteriormente, o Brasil apostou numa estratégia de expansão de influências na África Subsariana, com políticas de proximidade específicas com os PALOP, mas cujos efeitos levam anos a obter.

Entretanto, a CPLP tem procurado intensificar a cooperação económica, estimular a reciprocidade nos mercados lusófonos, e tomar medidas a favor de uma maior mobilidade entre agentes económicos no espaço da Lusofonia.

### 3. FLUXOS DE IDE

#### 3.1. IDE Lusófono – Entrada e Saída de Fluxos

Os fluxos de IDE geralmente são originários de países mais desenvolvidos ou com mais liquidez de capital e destinam-se, em regra, a países em fases de reestruturação ou de expansão dos seus mercados, com vista a aproveitar oportunidades de negócio e a desenvolver vantagens competitivas, com o objectivo de alcançarem elevadas taxas de crescimento ou importantes volumes de negócio.

O IDE pode concentrar-se em sectores-chave ou diversificar-se pelos clusters onde existam mais oportunidades de negócio, por vezes desencadeando um processo de transferência de tecnologia na economia local. Simultaneamente, as empresas que são clientes ou fornecedoras da empresa estrangeira, de uma forma indirecta incorporam nos seus processos os efeitos da difusão da nova tecnologia que acaba de entrar no mercado. Assim sendo, a presença de mais IDE permite elevar a produtividade na economia receptora.

No que concerne especificamente ao espaço da Lusofonia, é possível constatar que a Língua Portuguesa tem um peso importante no investimento directo estrangeiro e nas migrações entre os países lusófonos.

**Tabela 32: IDE – Entrada de Fluxos na Economia<sup>37</sup>**

	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Angola</b>	-334,80	472,43	878,62	6794,20	9063,67	9795,81	16581,02	13100,57
<b>Brasil</b>	988,80	4405,12	32779,24	15066,29	18822,21	34584,90	45058,16	25948,58
<b>Cabo Verde</b>	0,25	26,18	43,45	81,55	130,65	190,02	211,67	119,59
<b>Guiné-Bissau</b>	2,02	0,04	0,70	8,00	17,33	18,58	5,97	13,96
<b>Moçambique</b>	9,20	45,00	139,20	107,85	153,73	427,36	591,60	881,23
<b>Portugal</b>	2901,50	689,70	6635,32	3929,56	10901,96	3055,18	4664,86	2871,12
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	..	0,03	3,80	15,67	37,51	35,31	32,50	35,80
<b>Timor-Leste</b>	–	–	–	0,06	8,48	8,70	37,84	18,34
<b>CPLP</b>	3566,97	5638,50	40480,33	26003,19	39135,53	48115,86	67183,61	42989,18

Fonte: UNCTAD (2010)

Unidade: Milhões – Dólares EUA – Preços Correntes

Com base na Tabela 32, destaca-se a capacidade de Angola atrair investimento directo proveniente do exterior, mormente desde o fim da guerra, período a partir do qual os valores galoparam (de 878,62 milhões de dólares EUA no ano 2000, para 13100,57 milhões de dólares EUA em 2009).

<sup>37</sup> UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010e). Direct Investment in Reporting Economy (FDI Inward). UNCTAD Statistics, Major FDI Indicators. URL: <<http://stats.unctad.org/FDI/TableViewer/tableVie>>

A pujança da economia brasileira também ajudou a atrair o IDE, com recordes atingidos no ano de 2008, em que o país, no seu total, foi receptor de 45058,16 milhões de dólares EUA.

No grupo dos países lusófonos, Portugal ocupa a terceira posição no total de fluxos de entrada, detentor de grandes oscilações ao longo dos anos, registando uma quebra acentuada no ano de 2009 (valor mais baixo que assinalado em 2005).

Os fluxos de entrada de IDE são mais modestos em Moçambique. O país ainda está dependente do financiamento externo mas possui recursos naturais capazes de atrair o investimento externo. Se conseguir manter a paz social, poderá criar ainda oportunidades de negócio em diferentes sectores estratégicos (tais como a construção, a energia e o turismo).

Na Guiné-Bissau, a instabilidade político-social regular tem sido um factor de risco que não atrai os investidores internacionais.

No que concerne ao espaço lusófono no seu conjunto, as oscilações são notórias. Alguns períodos foram melhores, com entradas superiores – analisando a Tabela 32, destacam-se os anos de 2000, 2007, 2008 e 2009.

**Tabela 33: Ranking Mundial de IDE (2007/09)<sup>38</sup>**

Economia	Índice de Performance do IDE			Índice Potencial de Entrada de IDE	
	2007	2008	2009	2007	2008
Angola	8	6	5	72	64
Brasil	101	90	87	71	67
Moçambique	64	48	20	110	115
Portugal	126	106	106	50	51

Fonte: UNCTAD (2010)

As fontes estatísticas da Tabela 33 são os relatórios de investimento de 2010 para os países lusófonos em consideração: Angola<sup>39</sup>, Brasil<sup>40</sup>, Moçambique<sup>41</sup> e Portugal<sup>42</sup>. O mesmo relatório tinha dados para Cabo Verde e para São Tomé e Príncipe, mas não divulgavam a informação referida.

<sup>38</sup> *Country Rankings by Inward FDI Performance Index and Inward FDI Potential Index, 2007-2009.*

<sup>39</sup> UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010a). Country Fact Sheet: Angola. *World Investment Report 2010. UNCTAD Statistics*, p. 2. URL: < <http://www.unctad.org/fdistatistics>>

<sup>40</sup> IDEM (2010b). Country Fact Sheet: Brazil. *World Investment Report 2010. UNCTAD Statistics*, p. 2. URL: < <http://www.unctad.org/fdistatistics>>

<sup>41</sup> UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010c). Country Fact Sheet: Mozambique. *World Investment Report 2010. UNCTAD Statistics*, p. 2. URL: < <http://www.unctad.org/fdistatistics>>

<sup>42</sup> IDEM (2010d). Country Fact Sheet: Portugal. *World Investment Report 2010. UNCTAD Statistics*, p. 2. URL: < <http://www.unctad.org/fdistatistics>>

O índice de performance de IDE é um indicador elaborado pela UNCTAD que traduz o poder de atracção de uma economia. Esse indicador é obtido pela razão entre a participação do IDE de um país no IDE mundial e a participação do PIB desse mesmo país no PIB mundial, e permite comparar países levando em consideração uma mesma base metodológica.

Analisa-se a Tabela 33. Angola é, dos quatro países analisados, o que possui um índice de performance do IDE mais elevado, chegando a ocupar em 2009, a 5ª posição no ranking mundial. Moçambique ocupa a 20ª posição, o Brasil a 87ª e Portugal na 106ª posição. O índice de performance de IDE aplica-se a 141 países.

**Tabela 34: IDE – Saída de Fluxos na Economia<sup>43</sup>**

	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Angola</b>	0,90	-1,00	-21,43	221,18	194,15	911,87	2569,64	8,33
<b>Brasil</b>	624,60	1095,64	2281,59	2516,70	28202,49	7066,66	20457,07	-10084,23
<b>Cabo Verde</b>	0,32	0,57	1,36	..	..	0,35	-2,51	-0,40
<b>Guiné-Bissau</b>	..	..	..	0,70	0,42	-0,25	0,29	0,15
<b>Moçambique</b>	..	0,20	0,24	0,22	0,41	0,19	0,04	2,83
<b>Portugal</b>	163,00	683,90	8132,08	2110,99	7139,49	5489,73	2741,49	1293,80
<b>S. Tome e Príncipe</b>	..	..	..	14,54	3,10	3,10	6,91	4,37
<b>Timor-Leste</b>	–	–	–	..	..	..	..	..
<b>CPLP</b>	788,82	1779,31	10393,83	4864,32	35540,05	13471,65	25772,93	-8775,15

Fonte: UNCTAD (2010)

Unidade: Milhões – Dólares EUA – Preços Correntes

Na Tabela 34 espelham-se os valores dos fluxos de saída de cada país lusófono. O ano de 2008 foi especialmente expansionista para países como Angola e como o Brasil. Do ponto de vista português, o melhor ano foi 2006.

Os dados que constam da Tabela 34 traduzem o momento presente vivido por cada país lusófono, com destaque para o vigor do Brasil (economia emergente) e de Angola (economia de transição). Mormente estes dois países, se continuarem relativamente incólumes aos efeitos da crise internacional e se os seus principais sectores mantiverem a produção, poderão continuar a registar elevadas taxas de crescimento económico e a atrair massivamente o investimento do exterior.

<sup>43</sup> UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010f). Direct Investment Abroad (FDI Outward). UNCTAD Statistics, Major FDI Indicators. URL: <<http://stats.unctad.org/FDI/TableViewer/tableVie>>

### 3.2. IDE – Portugal como Referência

Na Tabela 35 resume-se informação em milhares de euros sobre a evolução dos fluxos de Investimento Directo de Portugal no Exterior (IDPE)<sup>44</sup> por países de destino; e de Investimento Directo Estrangeiro (IDE)<sup>45</sup> em Portugal, por países de origem.

**Tabela 35: IDE em Portugal – Países Lusófonos (Bruto)**

ORIGEM	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Portugal Total</b>	<b>21.707.163</b>	<b>32.224.368</b>	<b>27.111.220</b>	<b>27.676.638</b>	<b>32.820.132</b>	<b>32.633.798</b>	<b>35.287.296</b>
<b>Angola</b>	1.630	8.017	4.163	6.255	17.672	15.184	49.820
<b>Brasil</b>	397.193	254.345	24.251	69.120	92.256	114.340	81.075
<b>Cabo Verde</b>	97	54	n.a	159	2	192	877
<b>Guiné-Bissau</b>	n.a	15	n.a	n.a	1	2	38
<b>Moçambique</b>	345	91	21	16	1.895	175	23
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	n.a	n.a	20	161	498	n.a	n.a
<b>% 6 Países</b>	1,84	0,81	0,10	0,27	0,34	0,40	0,37

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010)

Unidade: Milhares de Euros

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Portugal tem vindo a diminuir de forma expressiva ao longo destes últimos anos. O anúncio de novos projectos diminuiu e os projectos existentes foram revistos ou suspensos como consequência da recessão económica.

Deste modo, as empresas optam por correr menos riscos, retraindo as apostas empresariais além-fronteiras. Relativamente a Portugal o receio de investimento estrangeiro traduz-se, em grande medida, em empréstimos ou suprimentos de curto prazo a filiais, sendo uma ínfima percentagem desse investimento aplicado na constituição de novas empresas. Outra das formas de investimento estrangeiro em Portugal tem sido através de compra de quotas ou acções de sociedades.

O IDE em Portugal ainda está muito centralizado na produção. Mas na União Europeia em média, caracteriza-se pelo facto de criar cada vez menos postos de trabalho, porque está cada vez mais concentrado nas componentes de investigação do que na de produção.

O IDE é crucial para Portugal, ainda mais em período de crise. O sector das Energias Renováveis e do Turismo são duas das áreas onde se tem verificado maior investimento

<sup>44</sup> AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010b). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDPE) por países de Destino 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>>

<sup>45</sup> IDEM (2010a). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDE) por países de Origem 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>>



estrangeiro. Das vantagens que Portugal apresenta, aponta-se a qualidade das infra-estruturas rodoviárias, a localização geográfica e o clima.

A União Europeia, em particular a área do euro, constituiu a principal origem do IDE. No espaço lusófono, os maiores fluxos de entrada são provenientes do Brasil. Os fluxos com este país de origem têm oscilado bastante em termos brutos, registando a maior queda no ano de 2004, com alguma recuperação nos anos seguintes, mas assinalando novo abatimento em 2008.

A Tabela 35 mostra que o IDE angolano está em fase de expansão em Portugal. Em 2001 contabilizava pouco mais do que 2208 milhares de euros, em 2007 chegava aos 15184 milhares de euros, tendo atingido os 49820 milhares de euros em 2008.

**Tabela 36: IDPE – Países Lusófonos (Bruto)**

DESTINO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Portugal Total</b>	<b>11.611.646</b>	<b>10.093.213</b>	<b>11.951.799</b>	<b>9.780.692</b>	<b>9.828.043</b>	<b>14.835.430</b>	<b>11.376.143</b>
<b>Angola</b>	50.341	40.075	103.090	263.647	273.720	451.124	775.127
<b>Brasil</b>	1.091.302	194.119	509.768	350.985	426.596	665.733	539.194
<b>Cabo Verde</b>	10.493	7.283	6.876	15.128	56.345	21.310	28.068
<b>Guiné-Bissau</b>	381	1.664	1.000	195	199	1.147	8.937
<b>Moçambique</b>	37.561	26.035	22.718	33.053	40.591	113.243	83.445
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	378	1.739	2.169	731	732	2.480	2.739
<b>% 6 Países</b>	10,25	2,68	5,40	6,79	8,12	8,46	12,64

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010)

Unidade: Milhares de Euros

Em 2007, o IDPE, com base nos dados do AICEP/Banco de Portugal, ascenderam aos 14 835 430 milhares de euros no ano de 2007, o que pode traduzir uma posta nos mercados externos como forma de combater a crise que o mercado interno (e circunscrito) atravessa.

O IDPE em Angola poderá assumir um papel central no financiamento empresarial e na dinamização de novas actividades económicas, especialmente ao nível dos grandes projectos estruturantes. Angola tem procurado colmatar necessidades prioritárias na reabilitação das infra-estruturas rodoviárias, como estradas e pontes bem como das estruturas ferroviárias. Por outro lado, Angola visa combater a pobreza e tem a necessidade de criar milhares de postos de trabalho de forma acelerada, em todos os sectores da actividade económica.

O IDPE é, pois, bem-vindo em Angola. A relação entre ambos os países é certamente de futuro Mas o IDPE é considerado mais oneroso e exigente do ponto de vista das parcerias, dos acordos e das remunerações do factor trabalho, do que o proveniente da China, sua aliada estratégica nos últimos anos.

O Brasil é outra das fontes de capital, não obstante o decréscimo de interesse tenha sido muito acentuado. Em 2002, o tecido económico brasileiro investia em Portugal um valor total de 1 091 302 milhares de euros, todavia, em 2008 esse valor não ultrapassava os 600 000 milhares, sendo que o pior ano dos apresentados na tabela, ter sido o de 2003 (com 194119 milhares de euros).

Analisemos agora as Tabelas 37 e 38, com os fluxos de IDE e de IDPE, respectivamente, por principais países de origem e de destino.

**Tabela 37: IDE em Portugal – Por Principais Países de Origem (Bruto)**

Ranking	ORIGEM	2005	2006	2007	2008	2009
1	França	3.911.338	4.298.888	3.386.862	4.488.639	5.868.645
2	Reino Unido	3.490.411	4.606.239	5.258.820	5.577.662	4.985.017
3	Espanha	4.027.728	4.196.491	5.400.448	5.507.296	4.840.877
4	Holanda	3.653.255	4.776.306	4.661.349	5.735.588	4.786.254
5	Alemanha	4.637.718	5.177.659	6.444.626	5.331.580	4.385.311
6	Suíça	497.010	786.029	890.486	1.930.344	1.348.712
7	Luxemburgo	862.774	1.534.249	1.641.588	2.094.388	1.218.730
8	Canadá	150.890	1.742.887	741.719	601.616	687.461
9	Itália	427.880	272.729	417.238	304.876	672.268
10	Bélgica	2.377.418	1.277.337	891.684	706.649	574.321
11	Irlanda	589.557	631.635	599.806	654.963	368.583
12	EUA	657.626	869.070	794.410	481.818	345.067
13	Suécia	215.855	635.192	562.073	876.952	259.205
<b>14</b>	<b>Brasil</b>	<b>69.120</b>	<b>92.256</b>	<b>114.340</b>	<b>81.075</b>	<b>218.889</b>
<b>15</b>	<b>Angola</b>	<b>6.255</b>	<b>17.672</b>	<b>15.184</b>	<b>49.820</b>	<b>113.942</b>
<b>Portugal Total</b>		<b>27.676.638</b>	<b>32.820.132</b>	<b>32.633.798</b>	<b>35.287.296</b>	<b>31.842.583</b>

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010)

Unidade: Milhares de Euros

A União Europeia, em particular a Zona Euro, constituiu o principal destino do IDPE e é a principal origem do IDE em Portugal. Ainda assim, tem havido um esforço de diversificação nos últimos anos, traduzível em números.

Os principais países de origem dos fluxos de IDE são tradicionais e conhecidos pelo mercado português há muitos anos, e são eles a França, o Reino Unido, a Espanha e a Holanda, mas igualmente a Alemanha, a Suíça e o Luxemburgo. Todos estes países possuem grandes comunidades de emigrantes portugueses.

É de assinalar que o Brasil ocupa a 14ª posição (218 889 milhares de euros em 2009) e que Angola o segue imediatamente (15º lugar, com 113 942 milhares de euros). A reciprocidade no espaço lusófono parece estar a afirmar-se gradualmente.

A Tabela 38, com a lista de principais receptores de investimento directo português é encabeçada pela Holanda e pela Espanha. Mas Angola e o Brasil posicionam-se respectivamente nos 3º e 4º lugar, com entradas de fluxos nas suas economias muito equivalentes no ano de 2009 (a rondar os 550 000 milhares de euro). Moçambique ocupa o 8º lugar desta lista.

O IDPE total foi inconstante na sua evolução ao longo do período em análise (2005/09). O ano em que foi mais elevado foi em 2007, e mais baixo foi precisamente em 2009, quando se sentiam os efeitos da crise internacional.

**Tabela 38: IDPE – Por Principais Países de Destino (Bruto)**

Ranking	DESTINO	2005	2006	2007	2008	2009
1	Holanda	2.524.273	3.685.728	5.739.502	3.662.763	2.273.316
2	Espanha	1.733.161	1.083.552	1.940.456	2.231.925	1.248.743
3	<b>Angola</b>	<b>263.647</b>	<b>273.720</b>	<b>451.124</b>	<b>775.127</b>	<b>557.430</b>
4	<b>Brasil</b>	<b>350.985</b>	<b>426.596</b>	<b>665.733</b>	<b>539.194</b>	<b>547.118</b>
5	Dinamarca	347.620	117.249	451.457	140.269	409.071
6	Alemanha	52.290	113.194	111.526	219.730	323.480
7	EUA	195.599	229.033	372.185	138.916	174.131
8	<b>Moçambique</b>	<b>33.053</b>	<b>40.591</b>	<b>113.243</b>	<b>83.445</b>	<b>143.422</b>
9	Irlanda	955.309	184.979	255.188	447.816	132.263
10	Roméia	5.573	16.415	166.692	49.810	130.494
11	França	142.294	74.413	101.672	347.831	112.988
12	Reino Unido	141.616	252.820	586.488	504.888	88.050
<b>Portugal Total</b>		<b>9.780.692</b>	<b>9.828.043</b>	<b>14.835.430</b>	<b>11.376.143</b>	<b>7.960.919</b>

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010)

Unidade: Milhares de Euros

Confirma-se o interesse estratégico dos mercados lusófonos para o tecido empresarial português e para a diplomacia económica do Estado, que está enfim a recolher louros pelas suas políticas de proximidade, de parcerias e de acordos dos últimos anos.

### 3.3. IDE – Brasil como Referência

Depois de analisar a evolução do investimento directo do ponto de vista das entradas e saídas de fluxos tendo como referência Portugal, propõe-se a observação dos mesmos indicadores mas tendo como base o Brasil.

A evolução dos fluxos de IDE no Brasil, por países de origem (neste caso, lusófonos), consta da Tabela 39. As estatísticas foram recolhidas nos documentos publicados *online* pelo Banco Central do Brasil<sup>46</sup>.

**Tabela 39: IDE no Brasil – por Países de Origem**

Ranking	Países	2007	2008	2009
1	Holanda	8.116,13	4.623,68	5.721,78
2	EUA	6.039,19	6.917,95	4.878,32
3	Espanha	2.163,52	3.787,47	3.415,19
4	Alemanha	1.756,78	1.036,57	2.459,22
5	França	1.214,40	2.856,13	2.136,48
6	Japão	464,63	4.098,78	1.672,57
7	Canadá	818,35	1.438,02	1.371,41
8	Ilhas Cayman	1.604,47	1.554,67	1.091,97
9	Chile	715,76	263,40	1.026,73
10	Reino Unido	1.003,54	641,00	1.025,17
11	Austrália	493,77	1.153,43	706,63
12	Noruega	255,50	175,99	667,41
13	Luxemburgo	2.855,30	5.937,32	536,77
14	Virgens, Ilhas (Britânicas)	371,52	1.046,64	403,16
<b>15</b>	<b>Portugal</b>	<b>468,08</b>	<b>1.025,91</b>	<b>376,97</b>
<b>Total</b>		<b>33.704,58</b>	<b>43.886,30</b>	<b>30.443,97</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (s/d)

Legenda: US\$ Milhões.

O Brasil tem sido alvo do interesse de investidores internacionais, sobretudo de países desenvolvidos e por parte de multinacionais que pretendem globalizar-se e não se podem dar ao luxo de ficar de fora da economia brasileira, uma dos BRIC, detentora de estáveis índices de crescimento do PIB.

A Holanda e os EUA são os maiores investidores no Brasil, pelo menos no período em análise, seguidos pela Espanha, pela Alemanha e pela França. O Japão tem demonstrado um comportamento mais oscilante, mas igualmente significativo, mormente em 2008.

Espanha e Portugal estiveram fortemente envolvidos nos processos de privatização da economia brasileira nos finais da década de noventa, princípios da década de 2000, principalmente em sectores como o de telecomunicações e serviços financeiros. A Holanda afirmou-se neste xadrez estratégico sobretudo depois de 2002.

<sup>46</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL (s/d). Distribuição por Países de Origem dos Recursos a partir de 2007. *BCB – Investimento Directo Estrangeiro*, Tabelas – Ingressos a partir de 2007. URL: <<http://www.bcb.gov.br/rex/IED/Port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=invedir>>

Presentemente, Portugal ocupa o 15º lugar no ranking de principais investidores no Brasil, mas em 2008 ocupava lugar bem mais confortável. A crise estrutural vivida em Portugal tem marcado posição no volume de capital investido no exterior por parte do tecido empresarial português, inclusive no mercado brasileiro.

**Tabela 40: IDBE – por Países de Destino**

Ranking (2009)	Países	2007	2008
1	Cayman, Ilhas	16.431	14.124
2	Virgens, Ilhas (Britânicas)	11.245	10.685
3	Bahamas, Ilhas	9.341	9.532
4	EUA	6.025	9.167
5	Dinamarca	7.276	5.093
6	Espanha	4.083	5.055
7	Panamá	1.185	3.727
8	Luxemburgo	3.043	3.577
9	Argentina	2.360	3.376
10	Uruguai	1.878	2.443
11	Holanda	2.160	2.380
12	Hungria	901	1.827
13	Áustria	1.794	1.463
14	Reino Unido	805	1.341
<b>15</b>	<b>Portugal</b>	<b>1.207</b>	<b>1.128</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (s/d)

Legenda: US\$ Milhões.

Na Tabela 40<sup>47</sup> constam os principais países de destino do investimento brasileiro. Identificam-se alguns paraísos fiscais, tais como as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens Britânicas, as Ilhas das Bahamas, precisamente as que ocupam o topo da lista. Este tipo de fluxos espelha estratégias de movimentação de recursos associada a benefícios fiscais, propiciados pela constituição de holdings de grandes conglomerados internacionais em paraísos fiscais

Seguem-se mercados como os dos EUA, Dinamarca, Espanha, Panamá, Luxemburgo, Argentina, Uruguai, Holanda e Hungria. Portugal surge apenas no 15º lugar, se levarmos em consideração o ranking de 2009.

Uma maior distribuição da participação relativa dos principais investidores da economia brasileira representa uma menor fragilidade externa da economia brasileira, reduzindo o grau de dependências, frente aos fluxos de capitais internacionais.

<sup>47</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009). *Capitais Brasileiros no Exterior – CBE*. Tab.2 – Distribuição por País e Modalidade. Itens Seleccionados – 2007-2008. URL: <<http://www4.bcb.gov.br/?CBERESULT2007>>

## 4. Análise Comparada

No último capítulo deste artigo propõe-se um estudo comparativo entre mercados lusófonos e o seu peso na economia mundial.

O peso das economias lusófonas no mercado mundial é pouco significativo, ronda os 2% do total em 2010. No ano 2000 representava cerca de 1,4% e 1,5% das exportações e das importações globais, respectivamente. Sendo que grande parte dessa percentagem é garantida pela pujança do Brasil. Os dados constam da Tabela 43, da pag. 48. As Tabelas 41 e 42, da pag. 47, permitem escrutinar, em milhares de dólares, o valor das referidas economias, e confirmar os resultados.

Individualmente, é possível destacar que as exportações de Angola representavam 0,12% em 2000, dez anos depois representavam 0,3% do total, as importações subiram de 0,05% para 0,1% de 2000 para 2010, respectivamente, o que traduz o peso crescente do mercado angolano na economia mundial.

A importância do Brasil na balança global também se tornou mais significativa, mas o salto quantitativo foi superior. As exportações começaram por ser 0,87% do total da economia mundial em 2000 mas já eram cerca de 1,33% em 2010. As importações passaram de 0,85% para 1,19%.

A crise estrutural vivida em Portugal fez o país percorrer o caminho inverso de Angola e do Brasil nos últimos dez anos. O peso das suas exportações no mercado global baixou de 0,38% no ano 2000 para 0,32% em 2010, embora o peso das importações também tivesse descido, de 0,61% em 2000 para 0,49% em 2010, demonstrando assim uma menor capacidade de compra e de venda ao exterior.

Em 2010, o peso das exportações de Moçambique era de 0,015% e o das importações era de 0,023% do total da economia internacional.

Ainda no âmbito da CPLP, o peso mundial dos fluxos comerciais da Guiné-Bissau, bem como dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, ainda é irrisório e os números não parecem traduzir progressos significativos. Timor-Leste tem visto crescer o seu défice externo, levando em consideração o crescimento das suas importações.

As estatísticas reflectem o peso pouco significativo dos mercados lusófonos na economia internacional mas, no geral, também traduzem uma evolução positiva em relação às suas potencialidades de futuro.

Em relação aos grupos de países que eram referência de pujança mundial, é possível referir que, Em 2010, as exportações da UE representavam 33,69% do total do comércio global e as suas importações 34,32%. Uma tendência de baixa igualmente registada pelas economias do G8, no seu conjunto, cujo peso das exportações passou de 47,18% em 2000 para 35,70%, o que é bastante significativo. Estes países foram atingidos fortemente pela crise internacional de 2008 e esta ainda os afecta consideravelmente.

**Tabela 41: Comércio de Mercadorias – Exportações**  
(milhares de dólares)

Ano	1995	2000	2005	2008	2009	2010
<b>Angola</b>	3722700	7887000	24105000	72179000	40985000	46437100
<b>Brasil</b>	46504931,3	55118914	118528688,1	197942442,9	152994742,8	201915103,3
<b>Cabo Verde</b>	8943,32	49282,14	89420,818	122645,2121	35169,462	46557,965
<b>Guiné-Bissau</b>	23745,2943	61994	89484	128180,793	119443,4444	122960
<b>Moçambique</b>	174295	363962	1745256,187	2653259,648	2147169,453	2243068,881
<b>Portugal</b>	23369994,2	24327667,8	38085645,19	55940691,4	43396539	48751866,22
<b>ST Príncipe</b>	5005	2763,645	6800	10631,93	8116,665	6381,277
<b>Timor-Leste</b>	n.d	n.d	8000	13000	8490	11000
<b>União Europeia</b>	2142511055	2380634798	4030545805	5908586702	4566727206	5134435387
<b>Zona Euro</b>	1707639936	1852773733	3146801097	4619713404	3578725616	3990847895
<b>G8</b>	2561592059	3007551014	4270092790	6065109246	4604098025	5440759019
<b>G20</b>	3212990461	3981932643	6291545480	9514348850	7415688426	9106780852
<b>CPLP</b>	73809614,2	87811583,5	182658294,3	328989851,9	239694670,8	299534037,6
<b>Mundo</b>	5122393675	6374721048	10457098915	16135426079	12515274836	15242495162

Fonte: UNCTADstat (2011)<sup>48</sup>

**Tabela 42: Comércio de Mercadorias – Importações**  
(milhares de dólares)<sup>49</sup>

Ano	1995	2000	2005	2008	2009	2010
<b>Angola</b>	1467670	3040000	8353000	20982000	22659900	16574000
<b>Brasil</b>	53734285,31	55850546,4	73600375,5	173196633,8	127647331	181648672
<b>Cabo Verde</b>	326754	237255,456	438178,205	824159,136	671026,523	730765,791
<b>Guiné-Bissau</b>	132913	59552,5	111684,811	205479,7319	213320,27	218767,781
<b>Moçambique</b>	726991	1162278,102	2408195,31	4007763,192	3764206,59	3564229,51
<b>Portugal</b>	33565130,75	39878842,4	61167067,7	90105637,74	69985036,3	75214178,6
<b>ST Príncipe</b>	29005	29767,743	49860,404	114045,081	103283,149	112152,144
<b>Timor-Leste</b>	0	0	101613,157	243675,6086	267727,08	399194,545
<b>União Europeia</b>	2084972507	2435148198	4104179539	6171893615	4619767717	5234055098
<b>ZONA EURO</b>	1627823934	1837747168	3075694961	4631149565	3498042252	3932945114
<b>G8</b>	2541581858	3309105443	4856902207	6751923049	5062454566	6034844367
<b>G20</b>	3184501890	4230877865	6671957821	9900225906	7626756171	9418239755
<b>CPLP</b>	89982749,06	100258242,6	146229975	289679394,2	225311831	278461961
<b>Mundo</b>	5191058187	6566738470	1,0707E+10	16388182090	1,2624E+10	1,5252E+10

Fonte: UNCTADstat (2011)

<sup>48</sup> UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2011). *UNCTAD Statistics Overview*. UNCTADSTAT – Development to Development, Tables. URL: <<http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/chartView.aspx>>

<sup>49</sup> ID. IBID.

**Tabela 43: Comércio de Mercadorias – Exportações e Importações**  
(em % do total mundial)

Ano	Exportações		Importações	
	2000	2010	2000	2010
<b>Angola</b>	0,12372	0,30466	0,04629	0,10867
<b>Brasil</b>	0,86465	1,32469	0,85051	1,19099
<b>Cabo Verde</b>	0,00077	0,00031	0,00361	0,00479
<b>Guiné-Bissau</b>	0,00097	0,00081	0,00091	0,00143
<b>Moçambique</b>	0,00571	0,01472	0,01770	0,02337
<b>Portugal</b>	0,38163	0,31984	0,60729	0,49315
<b>São Tomé Príncipe</b>	0,00004	0,00004	0,00045	0,00074
<b>Timor-Leste</b>	n.d	0,00007	n.d	0,00262
<b>União Europeia</b>	37,34493	33,68501	37,08307	34,31747
<b>Zona Euro</b>	29,06439	26,18238	27,98569	25,78665
<b>G8</b>	47,17934	35,69467	50,39192	39,56791
<b>G20</b>	62,46442	59,74600	64,42891	61,75139
<b>CPLP</b>	1,37750	1,96512	1,52676	1,82576
<b>Mundo</b>	100,00000	100,00000	100,00000	100,00000

Fonte: UNCTADstat (2011)

No que concerne ao investimento directo estrangeiro (IDE), analisam-se os dados mais recentes sobre IDPE e ao IDEP publicados pelo Banco de Portugal e pelo AICEP em Agosto de 2011, os quais são comparados com os do ano anterior. Para fácil visualização sobre mercados de origem e de destino, propõe-se a observação dos gráficos 1 e 2 que constam da página seguinte.

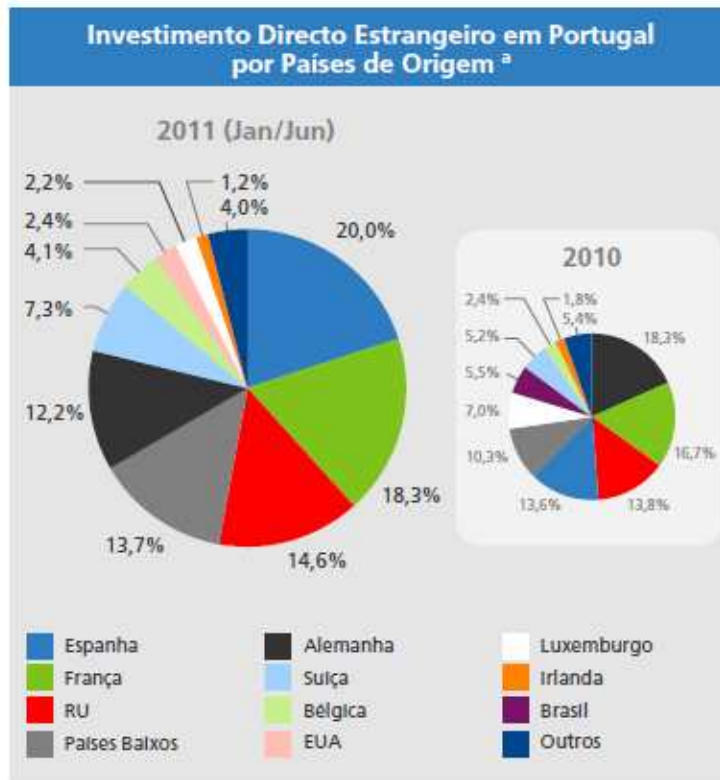
Por um lado, os Estados-membros da União Europeia como a França, a Espanha, o Reino Unido e os Países Baixos perseveram enquanto principais países de origem dos capitais que entram em Portugal. O Brasil representa cerca de 5,5% do IDEP, sendo o único país lusófono no Gráfico 1.

Paralelamente, Portugal tem-se esforçado em diversificar a sua carteira de investimentos, sendo que em 2010/11 tem apostado sobretudo em países como os Países Baixos (80,5%), Espanha (4,8%) e Brasil (3,2%) que, em conjunto, eram 90% do total dos fluxos de IDPE registado no referido período. Confirmar dados no Gráfico 2.

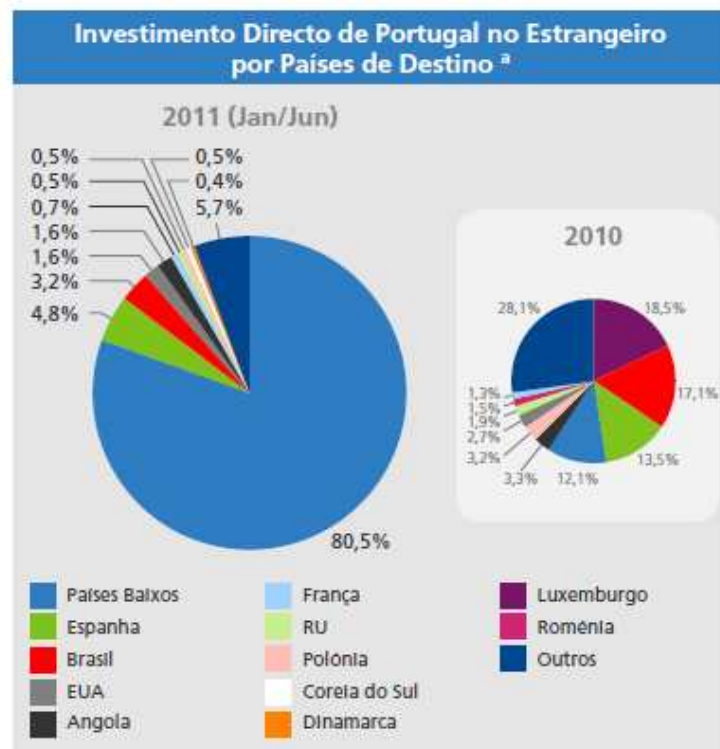
No espaço da lusofonia, o IDPE continua a centrar-se em países como o Brasil (17,1% em 2010) e em Angola (3,3% em 2010). Embora também esteja a haver projectos de redireccionamento de projectos para países como Moçambique ou mesmo, em menor escala, para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Pelo que, do ponto de vista do IDE, o espaço da Lusofonia parece ser uma janela de oportunidade virada para o futuro.



**Gráfico 1: IDEP 2010/2011**



**Gráfico 2: IDPE 2010/2011**



## CONCLUSÃO

A geoeconomia lusófona é de interesse estratégico para os países da CPLP. As relações comerciais e de investimento entre Estados-membros são mais intensas e recíprocas, o que poderá ser o prelúdio de uma maior cooperação económica no futuro.

Não se pode descurar a descontinuidade do espaço lusófono e o factor distância geográfica, com implicações imediatas sobre os custos de produção e transacção. Os IDH são muito heterogéneos e os níveis de corrupção não são baixos. Os países lusófonos também possuem prioridades diferentes. Por exemplo, estão inseridos em vários tipos de integração regional. Portugal aderiu à União Europeia e pertence a um pólo estruturante da economia global: uma União Económica e Monetária. O Brasil é Estado-membro da *Mercosul*. Moçambique aderiu à *Commonwealth*. Angola e Moçambique participam na SADC. Cabo Verde e Guiné-Bissau aderiram à CEDEAO. Angola e São Tomé e Príncipe são Estados-membros da CEEAC. Mas há mecanismos privilegiados de diálogo político que podem conferir um impulso real às relações económicas entre lusófonos. Há interesses comuns passíveis de impulsionar um projecto mais amplo no longo prazo.

Portanto, entende-se que os processos de integração regional são diferentes mas complementares, e não mutuamente exclusivos, também com vista à salvaguarda dos valores e interesses da parceria estratégica entre Estados-membros da CPLP. Esta tendência é uma resposta à pressão da economia global que, simultaneamente, também oferece uma *janela de oportunidade* aos países que não se deixam limitar pela geografia e procuram vencer as dificuldades que atravessam. Outros factores que contribuem para o aumento dos fluxos comerciais e de investimento, são ainda o idioma comum, as afinidades histórico-culturais, a existência da CPLP.

No que concerne especificamente aos fluxos de comércio e de IDE, os primeiros ainda são pouco significativos e representativos das reais capacidades de interacção entre mercados lusófonos. Ao nível dos investimentos a intensidade dos fluxos é maior e já nos dois sentidos. Não é apenas Portugal que investe noutros mercados lusófonos. O Brasil também se projecta na Europa e em África, inclusive em Angola e em Moçambique. Mais recentemente, Angola começou a investir em Portugal e a preparar projectos para expandir interesses empresariais no Brasil. Portanto, as potencialidades existem e vão-se desenvolvendo paulatinamente.

Angola possui um sólido saldo positivo da Balança Comercial (sobretudo movida pelos ganhos no sector petrolífero), ao mesmo tempo que a carências e a competitividade do mercado angolano são amplamente favoráveis ao comércio e à entrada de produtos novos e importados, aliciam o interesse crescente do mercado internacional, inclusivamente o do tecido empresarial português e brasileiro, que têm ao mesmo tempo investido de forma crescente neste contexto regional.

Com base nos dados apurados, Portugal é o principal país fornecedor de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, e de São Tomé e Príncipe. Em 2009 ocupa o sétimo lugar na lista dos principais países de origem das importações de Moçambique (rol liderado pela África do Sul, país seu vizinho e forte potência regional), e o quarto no caso de Timor-Leste (lista encabeçada pela Indonésia).

Portugal é o segundo maior cliente de Cabo Verde, ainda que adquira cada vez menos produtos ao arquipélago, evolução contrária à de Espanha, que se afirma gradualmente nos referidos fluxos. Portugal é o quarto principal cliente da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe, e de Timor-Leste; e o sétimo de Moçambique. Em qualquer destes mercados, o Brasil não ainda possui uma postura expressiva enquanto cliente.

No grupo dos países lusófonos, Portugal preenche a terceira posição no total de fluxos de entrada, detentor de grandes oscilações ao longo dos anos. Os fluxos de entrada de IDE são mais modestos em Moçambique. A Guiné-Bissau é a economia menos atractiva do ponto de vista do IDE, o que se justifica em função da instabilidade político-social que às vezes se regista no território.

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Portugal tem vindo a diminuir de forma expressiva ao longo destes últimos anos. A União Europeia, em particular a área do euro, continua a ser principal origem do IDE. No espaço lusófono, os maiores fluxos de entrada são provenientes do Brasil, embora de forma oscilante (períodos em que aumenta e outros em que diminui). Em contrapartida, o IDE angolano está em fase de expansão em Portugal. Do ponto de vista do tecido empresarial português, o Brasil, e cada vez mais os PALOP, são países destino do seu investimento no exterior.

Resumindo, a língua portuguesa ajuda a unir os povos da CPLP, existem potencialidades crescentes no mercado da lusofonia, mas terá de haver um envolvimento político, empresarial e social mais intenso nas relações bilaterais que, não obstante as melhorias, mormente nos últimos anos, ainda estão aquém do que poderiam ser do ponto de vista comparativo e competitivo.

**A Lusofonia tem passado, tem presente  
E tem futuro.**

## BIBLIOGRAFIA

- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010a). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDE) por países de Origem 1996-2009. *AICEP Portugal Global Online*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>>
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010b). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDPE) por países de Destino 1996-2009. *AICEP Portugal Global Online*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>>
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2011). Portugal – Ficha Técnica. *AICEP Portugal Global*, Setembro, pp. 1-10. URL: < <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/PortugalFichaPais.pdf> >
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009). *Capitais Brasileiros no Exterior – CBE*. Tab.2 – Distribuição por País e Modalidade. Itens Seleccionados – 2007-2008. URL: <<http://www4.bcb.gov.br/?CBERESULT2007> >
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (s/d). Distribuição por Países de Origem dos Recursos a partir de 2007. *BCB – Investimento Directo Estrangeiro*, Tabelas – Ingressos a partir de 2007. URL: < <http://www.bcb.gov.br/rex/IED/Port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=invedir> >
- ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997). Les Contours Économiques de la CPLP. *Lusotopie*, Éditions L’Harmattan, pp. 11-34.
- GARCIA LEANDRO, José E. (1998). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, pp. 15-17.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010a). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Angola. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-12. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDAngola.pdf> >
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010b). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Brasil. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-10. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDBrasil.pdf> >
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010c). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Cabo Verde. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-12. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDcabo Verde.pdf> >
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010d). Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais. – Guiné-Bissau. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-12. URL: <<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDguinebissau.pdf> >

- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010e). Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais. – Moçambique. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-12. URL: <[http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Indicadores Economicos/INDmocambique.pdf](http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDmocambique.pdf)>
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010f). Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais. – Portugal. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-10. URL: <[http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Indicadores Economicos/INDportugal.pdf](http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDportugal.pdf)>
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010g). Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais. – São Tomé e Príncipe. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-12. URL: <[http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Indicadores Economicos/INDsaotomeprincipe.pdf](http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDsaotomeprincipe.pdf)>
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2010h). Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais – Timor Leste. *MRE – Departamento de Promoção Comercial*, Divisão de Informação Comercial, pp. 1-11. URL: <[http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Indicadores Economicos/INDtimorleste.pdf](http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDtimorleste.pdf)>
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). Corruption Perceptions Index 2009. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2009 Table. URL: <[http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2009/cpi\\_2009\\_table](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table)>
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2010). Corruption Perceptions Index 2010. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2010 Table. URL: <[http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2010/results](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results)>
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010a). Country Fact Sheet: Angola. *World Investment Report 2010*. UNCTAD Statistics, p. 1-2. URL: <<http://www.unctad.org/fdistatistics>>
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010b). Country Fact Sheet: Brazil. *World Investment Report 2010*. UNCTAD Statistics, p. 1-2. URL: <<http://www.unctad.org/fdistatistics>>
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010c). Country Fact Sheet: Mozambique. *World Investment Report 2010*. UNCTAD Statistics, p. 1-2. URL: <<http://www.unctad.org/fdistatistics>>
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010d). Country Fact Sheet: Portugal. *World Investment Report 2010*. UNCTAD Statistics, p. 1-2. URL: <<http://www.unctad.org/fdistatistics>>
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010e). Direct Investment Abroad (FDI Outward). UNCTAD Statistics, Major FDI Indicators. URL: <<http://stats.unctad.org/FDI/TableViewer/tableVie>>
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010f). Direct Investment in Reporting Economy (FDI Inward). UNCTAD Statistics, Major FDI Indicators. URL: <<http://stats.unctad.org/FDI/TableViewer/tableVie>>
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2009). HDI Trends and Indicators (1980-2007). *Human Development Report 2009 – HDI Rankings*,

Statistics, Getting and using the Data. URL:  
<<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/>>

- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2010) Human Development Index and its Components. Human Development Report 2010. Table 1. Statistics. URL: < <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/> >
- WORLD BANK (2005). *African Development Indicators – 2005*. Washington DC: World Bank.
- WORLD BANK and THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (2009). *Doing Business 2010 – Reforming Through Difficult Times – Comparing Regulation in 183 Economies*. Washington D.C.: Dalgrave MacMillan, IFC and the World Bank.